



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS

PDC

CAMPUS JARDIM
2014 – 2018

Presidente da República

Michel Temer

Ministro da Educação

José Mendonça Bezerra Filho

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Marcos Antônio Viegas Filho

Reitor do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

Luiz Simão Staszczak

Pró-Reitor de Administração

José Jorge Guimarães Garcia

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

Daniela Matté Amaro Passos

Pró-Reitor de Ensino

Delmir da Costa Felipe

Pró-Reitor de Extensão

Airton José Vinholi Junior

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Marco Hiroshi Naka

Diretor-Geral

Nilson Oliveira da Silva

EQUIPE LOCAL DE ELABORAÇÃO

Diretor-Geral do Campus Jardim

Nilson Oliveira da Silva

Diretora de Ensino Pesquisa e Extensão

Mirélly de Oliveira Costa

Diretor de Administração

Guilherme Semionato Galicio

Coordenação de Gestão Acadêmica

Wellington Martins Louveira

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	FUNÇÃO SOCIAL, MISSÃO, VALORES, VISÃO E FINALIDADES DO IFMS.....	7
2.1	MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	7
2.2	Finalidades da Instituição	7
2.3	MISSÃO, VALORES, VISÃO DO <i>CAMPUS JARDIM</i>	8
3	OBJETIVOS E METAS DO <i>CAMPUS JARDIM</i>	9
3.1	Objetivos e Metas da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão	9
	Quadro 1 - Objetivos e Metas de Ensino	9
	Quadro 2 - Objetivos e Metas de Extensão	10
	Quadro 3 - Objetivos e Metas de Pesquisa	11
	Quadro 4 - Objetivos e Metas da Coordenação de Gestão Acadêmica	12
3.2	OBJETIVOS E METAS DA DIREÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO.....	13
	Quadro 5 - Objetivos e Metas da Direção de Administração	13
	Quadro 6 - Objetivos e Metas da Coordenação de Gestão de Pessoas	14
4	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO <i>CAMPUS JARDIM</i>	15
4.1	Apresentação.....	15
4.2	Histórico.....	15
4.3	Inserção Regional	17
4.4	Identidade - Função Social (Responsabilidade Social) Missão, Visão, Valores, Público	18
4.5	Princípios (Filosóficos e Teórico- Metodológicos Gerais que Norteiam as Práticas Acadêmicas da Instituição).....	19
4.6	Organização Didático-Pedagógica da Instituição	20
4.6.1	Flexibilidades dos componentes curriculares.....	21
4.6.2	Oportunidades diferenciadas de integralização.....	21
4.6.3	Atividades práticas e estágios	22
4.6.4	Desenvolvimento de materiais pedagógicos.....	23
4.6.5	Incorporações de avanços tecnológicos.....	23
4.7	Políticas de Ensino	23
4.8	Políticas de Extensão	24
4.9	Políticas de Pesquisa e Inovação	25
4.10	Políticas de Gestão- Políticas de Gestão de Pessoas.....	25
4.10.1	Corpo Docente.....	26
	Quadro 7 - Projeção de contratação de docentes do Campus Jardim	26
4.10.2	Corpo Técnico-Administrativo	27
	Quadro 8 - Projeção de quantitativo de Técnicos-Administrativos do Campus Jardim	28
4.11	Políticas de Educação Inclusiva – Políticas de Assistência Estudantil.....	29

4.11.1	Políticas de Assistência Estudantil.....	29
4.12	Políticas de Educação Ambiental	30
4.13	Políticas de Educação do Campo.....	31
4.14	Políticas de Acesso - Ações Afirmativas	31
4.15	Políticas de Educação a Distância.....	32
4.16	Políticas de Avaliação Institucional	34
4.17	Políticas de Atendimento aos Estudantes.....	35
4.18	Políticas de Acompanhamento de Egressos.....	36
4.19	Estrutura Organizacional e Infraestrutura Física (Síntese).....	36
	Quadro 9 - Síntese da Infraestrutura Física	37
4.20	Referências.....	38
5	CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO <i>CAMPUS</i> E DE CADA UM DE SEUS CURSOS.....	38
	Quadro 10 - Programação de oferta de Cursos Técnicos Presenciais	38
	Quadro 11 - Programação de oferta de cursos de Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia)	39
	Quadro 12 - Programação de oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada.....	39
6	REGULAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DO <i>CAMPUS</i>	40
6.1	Perfil do egresso.....	40
6.2	Seleção de conteúdo	40
6.3	Princípios metodológicos	40
6.4	Processo de avaliação	42
6.5	Práticas Pedagógicas, Políticas de Estágio, Prática Profissional e Atividades Complementares.....	42
7	PERFIL DO CORPO SOCIAL	44
	Quadro 13 - Quantitativo de Técnico-Administrativo	44
	Quadro 14 - Titulação do Pessoal Técnico-Administrativo	44
	Quadro 15 - Área de formação dos professores em dedicação exclusiva	44
	Quadro 16 - Titulação dos professores em dedicação exclusiva.....	45
8	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO <i>CAMPUS</i>	45
8.1	Políticas de atendimento aos discentes.....	45
8.1.1	Forma de acesso.....	46
8.1.2	Ações afirmativas	46
8.1.3	Política de assistência estudantil.....	46
8.1.4	Auxílio permanência.....	47
8.1.5	Auxílio transporte.....	47
8.1.6	Acesso à cultura, artes, esportes e lazer	47

8.1.7	Acesso a inovação, ciência e tecnologia.....	48
8.1.8	Promoção à saúde e à qualidade de vida.....	48
8.1.9	Programa de apoio pedagógico e financeiro.....	48
8.1.10	Estágio interno.....	49
8.1.11	Estímulos à permanência.....	49
8.1.12	Diagnóstico da evasão e retenção.....	50
8.1.13	Programas de acompanhamento das assistentes sociais e seguro.....	51
8.1.14	Organização estudantil.....	51
8.1.15	Acompanhamento dos egressos	51
8.2	Órgãos Colegiados.....	52
8.2.1	Núcleo Docente Estruturante – NDE	52
8.2.2	Colegiado de Curso	52
8.3	Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional	52
8.3.1	Projeto de Avaliação e Acompanhamento das Atividades Acadêmicas de Ensino, Pesquisa e Extensão, Planejamento e Gestão	52
8.3.2	Formas de participação da comunidade	53
8.3.3	Formas de utilização dos resultados das avaliações	54
8.3.4	Avaliação e Monitoramento do Planejamento Estratégico Institucional.....	55
8.4	Administração dos recursos materiais e serviços.....	55
9	INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	56
	Quadro 17 – Ambientes disponíveis no <i>Campus Jardim</i>	56
10	COM RELAÇÃO AOS LABORATÓRIOS: INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS EXISTENTES E A SEREM ADQUIRIDOS.....	56
11	PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO, IMEDIATO E DIFERENCIADO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA	57
11.1	NAPNE.....	57
11.1.1	Visão	58
11.1.2	Princípios Norteadores	58
12	OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, SUA ABRANGÊNCIA E POLOS DE APOIO PRESENCIAL ..	58
12.1	Histórico e estimativa de cursos.....	58
13	OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS DE MESTRADO E DOUTORADO	59
14	AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO <i>CAMPUS</i>	59
15	DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	60
	Quadro 18 – Os principais critérios que são considerados no rateio orçamentário	61

1 INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, Campus Jardim, elaborado no momento de sua implantação contou com a participação da equipe que atuou nesta fase do Campus, entre agosto de 2014 e março de 2016. Este documento tem como referência os documentos institucionais: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Termo de Acordo de Metas SETEC/MEC 2010 para os Institutos Federais.

As concepções, princípios e objetivos estabelecidos neste instrumento constituíram os fundamentos, a partir dos quais foram definidas as diretrizes, metas e ações de cada dimensão do funcionamento sistêmico da Instituição, consideradas na construção participativa do planejamento.

2 FUNÇÃO SOCIAL, MISSÃO, VALORES, VISÃO E FINALIDADES DO IFMS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul por meio de consulta pública, definiu sua missão, visão e valores que também são observados no âmbito do *Campus Jardim*.

2.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão

Promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico, formando profissional humanista e inovador, com vistas a induzir o desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional.

Visão

Ser reconhecido como instituição de ensino de excelência, sendo referência em educação, ciência e tecnologia no Estado de Mato Grosso do Sul.

Valores

- Inovação;
- Ética;
- Compromisso com o desenvolvimento local e regional;
- Transparência;
- Compromisso Social.

2.2 Finalidades da Instituição

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) tem as seguintes finalidades e características:

- ofertar educação básica, profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades na busca por formação e qualificação dos cidadãos com vistas

à atuação profissional nos diversos setores da economia e com ênfase no desenvolvimento socioeconômico regional e nacional;

- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo para geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

- promover a integração e a verticalização da educação básica com a educação profissional e a educação superior, a fim de otimizar a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

- estimular as atividades socioculturais, as práticas artísticas e esportivas e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

- orientar a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do IFMS;

- promover a extensão aberta à participação da comunidade com vistas à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na promover a circulação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, dos resultados da pesquisa e de outras formas de comunicação;

- constituir-se em centro de excelência na oferta de ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, como forma de estimular o desenvolvimento de espírito crítico voltado à investigação;

- qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

- desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

- realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e

- promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente voltadas ao desenvolvimento sustentável.

2.3 MISSÃO, VALORES, VISÃO DO CAMPUS JARDIM

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul por meio de consulta pública, definiu sua missão, visão e valores que também são observados no âmbito do *Campus Jardim*.

Missão

Promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico, formando cidadãos humanistas e profissionais qualificados e inovadores para o mundo do

trabalho, com vistas a induzir o desenvolvimento econômico, social local, regional e nacional.

Valores

Ética, compromisso com o desenvolvimento local e regional, transparência, compromisso social, qualidade do ensino, respeito ao meio ambiente, compromisso com o ser humano e inovação.

Visão

Ser reconhecido como instituição de ensino de excelência, sendo referência em educação, ciência e tecnologia no município de Jardim e Região Sudoeste, contribuindo para o crescimento do Estado de Mato Grosso do Sul.

3 OBJETIVOS E METAS DO CAMPUS JARDIM

3.1 Objetivos e Metas da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão

Quadro 1 - Objetivos e Metas de Ensino

Objetivo	Execução	Metas
Implementar ações para o Programa de Acesso, Permanência e Êxito dos estudantes vinculados ao <i>Campus Jardim</i> .	2016 - 2018	Oferecer atividades aos estudantes ingressantes para minimizar dificuldades de aprendizagem.
Equipar as salas de aula e laboratórios, na sede definitiva, otimizando o espaço físico e melhorando as condições do ensino.	2016 - 2018	Adequar salas de aula na sede definitiva para que possam funcionar como sala ambiente.
		Dimensionar e especificar móveis e materiais para equipar as salas de aula.
		Equipar os laboratórios através da aquisição de móveis e equipamentos necessários para a realização das atividades de laboratório.
Implantar a biblioteca no <i>Campus Jardim</i> .	2016 - 2018	Adquirir o referencial bibliográfico, básico e complementar, para os cursos ofertados pelo <i>Campus Jardim</i> .
		Adquirir equipamentos para implantar o sistema de informatização para a biblioteca do <i>Campus</i> .
		Adquirir mobiliário e demais recursos necessários para o funcionamento da

		biblioteca.
Ofertar cursos de educação a distância nos municípios de abrangência do <i>Campus</i> Jardim.	2016 - 2018	Reunir as Coordenações e Direção para estudo de viabilidade de abertura de cursos.
		Ampliar a oferta de cursos de acordo com a disponibilidade.
		Promover estudos acerca da oferta de ensino à distância a partir da identificação de boas práticas no mercado educacional e trazê-las para o <i>Campus</i> .
		Estabelecer parcerias com os municípios de abrangência do <i>Campus</i> para oferta de cursos.
Planejar oferta de cursos superiores.	2016	Promover estudo com o corpo docente sobre as diretrizes de abertura de cursos superiores.
		Debater com a comunidade interna e externa as possibilidades de abertura de cursos superiores.
		Criar os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) para estudo e elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) dos cursos superiores.
Promover a formação continuada de servidores vinculados à DIREN para proporcionar a melhoria da qualidade do ensino.	2016 - 2018	Incentivar a participação do corpo docente em programas de formação continuada.
		Realizar reuniões periódicas com os servidores, priorizando espaço para as coordenações existentes no <i>Campus</i> .
Estabelecer canal de comunicação da família dos estudantes com a instituição.	2016 - 2018	Realizar reuniões periódicas com os pais de forma mais efetiva.

Quadro 2 - Objetivos e Metas de Extensão

Objetivo	Execução	Metas
Fomentar a participação da comunidade interna e externa em ações de extensão.	2016 - 2018	Realizar os eventos institucionais: Semana de Arte e Cultura, Semana de Meio Ambiente e Semana de Ciência e Tecnologia em conjunto

		com o IFMS vai a comunidade (pré-inscrição de cursos)
		Apoiar a realização de eventos culturais, esportivos e de lazer realizados pelo <i>Campus</i> .
		Estreitar as relações de parcerias com instituições culturais e/ou de educação.
		Buscar estratégias que permitam conscientizar a comunidade interna/externa sobre a importância da extensão, quer como atividade formadora, quer como fonte de pesquisa e transformação social.

Quadro 3 - Objetivos e Metas de Pesquisa

Objetivo	Execução	Metas
Implantar a estrutura organizacional da pesquisa no <i>Campus</i> .	2016 - 2018	Estruturar a Coordenação de Pesquisa e Inovação no <i>Campus</i> .
		Fomentar a criação de grupos de pesquisa.
		Criar um banco de dados com informações sobre os projetos de pesquisa submetidos e aprovados, publicações científicas e outras informações oportunas.
Participar de editais de fomento à pesquisa.	2016 - 2018	Divulgar editais de apoio a pesquisa para todos os servidores e corpo discente.
		Incentivar a inscrição dos servidores nos editais, buscando parcerias para o desenvolvimento de novos projetos.
		Apoiar e estimular a submissão de propostas de projetos de pesquisa a todos os servidores.

Quadro 4 - Objetivos e Metas da Coordenação de Gestão Acadêmica

Objetivo	Execução	Metas
Sistematizar procedimentos e rotinas administrativas inerentes ao atendimento do público interno e externo.	2015 – 2018	Elaborar fluxogramas e desenvolver rotinas para atendimento das demandas administrativas.
Promover a gestão participativa dos servidores vinculados à COGEA.	2016 – 2018	Realizar reuniões periódicas com o servidores vinculados à COGEA para repassar informações, analisar situações, avaliar sugestões e decidir coletivamente temas que sejam diretamente ligados ao interesse de todos.
Promover e incentivar a capacitação dos servidores vinculados à COGEA.	2016-2018	Promover capacitação periódica, bem como incentivar e viabilizar a participação dos servidores em treinamentos atinentes às atividades desempenhadas.
Estruturação da CEREL no <i>Campus</i> defininivo.	2016-2018	Adquirir mobiliário e demais itens necessários para o funcionamento da CEREL.
Otimizar o atendimento aos usuários.	2016 - 2018	Aplicar metodologias para identificação de pontos negativos a ser melhorados no atendimento aos usuários e buscar soluções para melhorar continuamente este atendimento.
Organizar o arquivo de gestão acadêmica	2016-2018	Organizar a documentação acadêmica com o auxílio de técnicas de arquivamento.
Emitir e registrar certificados de cursos da Formação Inicial e Continuada.	2015-2018	Realizar registro em livro próprio para os cursos da formação inicial e continuada com base em informações encaminhadas pela DIREN.
Registrar certificados de eventos promovidos pelo <i>Campus</i> Jardim.	2015-2018	Realizar registro em livro próprio para os cursos da formação inicial e continuada com base em informações encaminhadas pelas comissões organizadoras dos eventos promovidos pelo <i>Campus</i> Jardim.
Certificar o Ensino Médio com base no ENEM.	2017 -2018	Receber requerimento, emitir e registrar Certificado de Conclusão do Ensino Médio e Declaração Parcial de Proficiência com base nos resultados

		obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.
Responsabilizar-se por novas matrículas e rematrículas dos estudantes.	2015-2018	Receber requerimento, orientar sobre documentação, prazos e horários que versem sobre a matrícula e/ou rematrícula de estudantes.
Auxiliar ações do Programa de Acesso, Permanência e Êxito dos estudantes vinculados ao <i>Campus Jardim</i> .	2016-2018	Auxiliar a DIREN na elaboração de editais para a complementação de vagas remanescentes nos cursos oferecidos pelo IFMS <i>Campus Jardim</i> , suplantando e diminuindo a evasão.
Orientar os discentes quanto ao regulamento de matrícula e regime disciplinar discente.	2015-2018	Orientar os estudantes, no início de cada semestre, com auxílio dos assistentes de aluno, quanto ao regulamento de matrícula e regime disciplinar discente.
Orientar os docentes quanto à utilização do sistema de registro acadêmico.	2015-2018	Instruir, em momento oportuno, novos professores sobre a utilização do sistema de registro acadêmico, bem como introduzir junto aos demais novas funcionalidades disponíveis.
Responsabilizar-se pela organização dos ambientes e horários e pelos equipamentos multimídia.	2015-2018	Definir instrumento de gerenciamento de horários de utilização dos ambientes.
Aumentar a disponibilidade de equipamentos multimídia.	2015-2018	Aquisição de 6 projetores multimídia.

3.2 OBJETIVOS E METAS DA DIREÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Quadro 5 - Objetivos e Metas da Direção de Administração

Objetivo	Execução	Metas
Normatizar procedimentos administrativos.	2015 – 2018	Elaborar normas, fluxos, procedimentos e rotinas para atendimento das demandas administrativas.
Aquisição de bens permanentes e de consumo.	2016 - 2017	Planejar compras de bens móveis, equipamentos e materiais de consumo.

Ampliar o quadro de servidores de acordo com a demanda.	2015 – 2018	Dimensionar o quadro de servidores do <i>Campus</i> , de acordo com as demandas e possibilidades.
Manter e conservar os bens móveis e imóveis do <i>Campus Jardim</i> .	2016 – 2018	Implantar o programa de manutenção de bens móveis e imóveis.
Melhorar a estrutura da DIRAD.	2016	Adquirir bens móveis, equipamentos e pessoal para a realização das atividades da DIRAD.
Equipar o prédio definitivo do <i>Campus Jardim</i> .	2016 – 2018	Adquirir bens móveis e equipamentos para a realização de todas as atividades do <i>Campus Jardim</i> .
Firmar parcerias com órgãos públicos do município de Jardim e região.	2015 – 2018	Contato com municípios vizinhos e órgãos públicos de Jardim.

Quadro 6 - Objetivos e Metas da Coordenação de Gestão de Pessoas

Objetivo	Execução	Metas
Receber Servidores no <i>Campus Jardim</i>	2015 – 2018	Receber os Servidores Novos e os Removidos para desempenharem suas atividades nesta instituição
Manter atualizada Pasta Funcional dos Servidores	2015 - 2018	Guardar e organizar documentos dos servidores.
Manter os servidores atualizados sobre as Leis e Normas que regem o IFMS.	2015 – 2018	Orientar os servidores sobre dúvidas com a legislação
		Orientar sobre o Ponto Eletrônico e uso de Crachás dentro da Instituição
Estruturar a COGEP no <i>Campus Jardim</i> .	2016	Adquirir bens móveis, equipamentos e pessoal para a realização das atividades da COGEP.
Qualificar os servidores do <i>Campus Jardim</i> .	2016 – 2018	Oferecer cursos de Capacitação para os Técnicos Administrativos e Docentes.
Manter o fluxo de informação com a DIGEP.	2015 – 2018	Abrir processos para progressões dos servidores
		Enviar os requerimentos específicos que interferem no assentamento dos servidores.

4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CAMPUS JARDIM

4.1 Apresentação

Como parte importante para o planejamento local, o Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma ferramenta norteadora da gestão que deve ser “construído e vivenciado, em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola” (VEIGA, 1995, p.12).

O PPP do IFMS *Campus Jardim* tem por objetivo subsidiar a gestão com observância das finalidades, dos objetivos institucionais, das ofertas educacionais, das práticas pedagógicas e dos referenciais orientadores de todas as ações institucionais.

Considerando o atual estágio de implantação do *Campus Jardim*, com sua equipe de colaboradores sendo constituída, o Projeto Político Pedagógico aqui apresentado, objetiva pautar a atuação das ações do *Campus Jardim* possibilitando sua consolidação.

4.2 Histórico

O *Campus Jardim*, contemplado na terceira fase de expansão da rede federal, entrou em “processo de planejamento e construção, com ações participativas entre a sociedade local e setores governamentais, por meio de três audiências públicas ocorridas no período de novembro de 2012 a maio de 2013” (IFMS, 2014).



Localização de Jardim em Mato Grosso do Sul. Fonte: IBGE

Destacamos a seguir as ações que marcaram o início das atividades do *Campus Jardim*:

14 de maio de 2014 - em ato simbólico, é lançada a pedra fundamental de início das obras do *Campus Jardim*.

26 de junho de 2014 - resolução do COSUP aprova o PDI 2014-2018 do IFMS, contemplando a implantação do *Campus Jardim*.

07 de agosto de 2014 - designada a Diretora-geral Pró-tempore, Giane Aparecida Moura da Silva, através da Portaria n. 1.413 de 06 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 07 de agosto de 2014.

15 de setembro de 2014 - Assinado Termo de Cessão da Escola Municipal Major Alberto Rodrigues da Costa (MARC) para funcionamento da sede provisória do *Campus Jardim*.

11 de novembro de 2014 - publicado edital de seleção de estudantes para Curso de Formação Inicial e Continuada em Inglês Básico pela Rede e-Tec Brasil com 25 vagas disponíveis para o Campus Jardim.

15 de dezembro de 2014 - realizada aula inaugural do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Operador de Computador, ofertado em parceria com a Prefeitura Municipal de Jardim. A publicação da aprovação do PPC deste curso foi realizada em 22/12/2014, através da resolução n. 62/2014 do COSUP.

19 de dezembro de 2014 - nomeado o Diretor-Geral Pró-tempore, Nilson Oliveira da Silva, através da Portaria n. 2.123 de 18 de dezembro de 2014.

13 de fevereiro de 2015 - publicado edital n. 004/2015, de seleção de estudantes para Curso de Formação Inicial e Continuada com 20 vagas para Operador de Computador no Campus Jardim.

08 de maio de 2015 - assinado o Termo de Cessão da Escola Municipal Durval Coelho Barboza para funcionamento da sede provisória do Campus Jardim. A Escola Municipal Major Alberto Rodrigues da Costa continua sendo utilizada para oferta de cursos FIC no período noturno.

26 de maio de 2015 - publicado edital n. 17/2015 com vagas no Campus Jardim para os Cursos Técnicos em Edificações e em Manutenção e Suporte em Informática, ambos Integrados ao Ensino Médio na modalidade PROEJA com 30 vagas em cada um deles.

16/07/2015 - publicado edital n. 024/2015 para os cursos FIC em Operador de Computador e Desenhista da Construção Civil.

08 de outubro de 2015 - publicado edital n. 028/2015 do exame de seleção para o primeiro semestre de 2016 com vagas no *Campus* Jardim para os Cursos Técnicos em Edificações e em Informática, ambos Integrados ao Ensino Médio diurno com 30 vagas em cada um deles.

4.3 Inserção Regional

A Região Sudoeste é formada por oito municípios e ocupa uma extensão territorial de 40.354,9 km². Grande parte de sua base territorial se localiza na parte sul da bacia pantaneira. A principal atividade econômica vem da agropecuária, com maior evidência para a pecuária bovina de corte, com um rebanho de 2,7 milhões de cabeças. Os municípios com maiores rebanhos são: Porto Murtinho com 727 mil cabeças e Bela Vista com 465 mil.

A produção agrícola vem expandindo na região, obtendo em 2013 pouco mais de 294 mil toneladas de grãos em uma área de 95.292 ha cultivada, com destaque para a produção de soja e milho nos municípios de Bela Vista e Bonito. Outras cultivares aparecem em pequenas quantidades como a cana-de-açúcar e a mandioca, que juntas ocupam uma área de 1.080 ha. Apresentando taxa de urbanização de 76,89%, a Região Sudoeste tem uma população de 124.171 habitantes, conforme estimativa do IBGE para 2013.

A Região Sudoeste é detentora de um Produto Interno Bruto – PIB estimado em R\$ 1,77 bilhões, onde 16,5% da formação dessa riqueza vem da atividade industrial. Por ser uma região com forte vocação turística, o setor terciário responde por 56,7% da sua economia, seguido do setor primário, com peso de 26,7%.

Seu polo urbano regional é a cidade de Jardim, centro comercial e de serviço da Região. Apresenta densidade demográfica de 3,01% hab/km², uma das menores densidades entre as Regiões do Estado, demonstrando que se trata de área com presença de vazio demográfico, situação que fica evidente no Município de Porto Murinho, com uma extensão territorial de 17.744,41 km² e uma densidade de 0,91 hab/km².

Jardim localiza-se a 233 km de Campo Grande. Compõe o polo Minerossiderúrgico regional, tendo como situação produtiva potencial a agroindústria frigorífica e láctea; indústria de calcário dolomítico, turismo e pesca; extração de rochas ornamentais; indústria de cerâmica; indústria de artefatos de cimento. A cidade vem apresentando crescimento significativo de seus índices de ICMS Ecológico, de 2005 até 2013, que é uma ferramenta de gestão ambiental articulada entre o estado e os seus municípios, visando a manutenção da biodiversidade, principalmente por meio da criação, administração e manejo adequado de unidades de conservação.

Sua população estimada pelo IBGE em 2013, alcançou os 25.180 habitantes.

4.4 Identidade - Função Social (Responsabilidade Social) Missão, Visão, Valores, Público

Missão

Nossa missão é promover o desenvolvimento socioambiental da população sul-mato-grossense da região sudoeste de forma sustentável através da educação, envolvendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, formando profissionais capacitados para solucionar os problemas regionais com a finalidade de melhorar a qualidade de vida da população do sudoeste do Mato grosso do Sul.

Visão

“Ser uma instituição de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, garantindo a integração e diversidade dos saberes e a inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho.”

Valores

- Formação Cidadã;
- Inovação Científica e Tecnológica;
- Qualidade e Excelência na Gestão Pública;
- Ética;
- Transparência e Competência;
- Valorização do Servidor;

- Responsabilidade Social;
- Valorização da diversidade;
- Desenvolvimento Sustentável;
- Compromisso com o desenvolvimento local e regional;

4.5 Princípios (Filosóficos e Teórico-Methodológicos Gerais que Norteiam as Práticas Acadêmicas da Instituição)

Os processos pedagógicos desenvolvidos no IFMS se assentam sobre a ideia de trabalho como um princípio educativo, alinhando as concepções de homem, sociedade e educação. O trabalho é, nessa perspectiva, concebido como processo pelo qual as sociedades e os homens se constituem, os seres humanos criam e recriam a si próprios e suas relações sociais mediados pela ação consciente do trabalho. Trabalho é atividade humana criadora de realidades sociais.

A educação é o processo pelo qual os homens atualizam as novas gerações de sua história, seja de modo formal, sistemático, contando com a escola para isso, ou informal, por meio das relações estabelecidas em todos os espaços ocupados pelos coletivos humanos.

Assim, as novas gerações se apropriam dos conhecimentos produzidos pelos seus ancestrais e as gerações que os sucederam.

Desse modo, é pelo trabalho e pela educação que os homens e as sociedades como um todo se recriam e têm continuidade. Nesse sentido, o homem é um ser que se constitui em atividade, sendo esta, trabalho, agindo sobre o mundo, em meio às relações que estabelece com seus pares e as ferramentas que produz em cada contexto histórico.

Trabalho e educação situam-se no âmbito das necessidades humanas. E em decorrência disso, na contemporaneidade, residem no campo do direito: direito ao trabalho e direito à educação. Direito de todos.

Dever por ser justo que todos colaborem na produção dos bens materiais, culturais e simbólicos, fundamentais à produção da vida humana. Um direito por ser o ser humano um ser da natureza que necessita estabelecer, por sua ação consciente, um metabolismo com o meio natural transformando em bens para sua produção e reprodução (FRIGOTTO, 2006, p. 56).

Na sociedade contemporânea, permeada pelas relações singulares do capitalismo monopolista e financeiro, trabalho tende a ser reduzido à ideia de emprego, coisificado como mercadoria, que, por sua vez, exclui a sua compreensão ontológica, na qual reside o direito do ser humano, em relação ao acordo solidário com outros seres humanos, de apropriar-se, transformar, criar e recriar pelo trabalho - mediado pelo conhecimento, ciência e tecnologia.

Para Frigotto (2006), é nesse contexto que se pode perceber a relevância da ciência e da tecnologia, quando deveriam ser tomadas como produtoras de valores de uso na tarefa de melhoria das condições de vida e possibilidade de dilatar o tempo livre ou tempo de efetiva escolha humana. Perspectiva esta em que a

ciência e a tecnologia possibilitariam extensões dos sentidos e membros dos seres humanos.

Para fazer jus a essa perspectiva, a educação escolar básica tem o papel central na construção de uma nação no seu âmbito cultural, social, político e econômico, e condição, para uma relação soberanamente humanizada e, portanto, não subalterna e colonizada por demais nações.

Ao ter como ponto de partida a realidade social e as vivências dos educandos, o processo de ensino e aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica pressupõe a integração do conhecimento cuja apropriação dá-se sobre uma relação dialógica entre os sujeitos. Assim, o trabalho didático parte de problematizações do real vivido, se alicerça na pesquisa, fundamentando-se na interdisciplinaridade.

Para isso, os sujeitos do processo educativo atuam na perspectiva, não só como usuários de tecnologias, mas, sobretudo, como produtores, protagonistas e críticos destas.

Desse modo, a formação do futuro profissional o concebe como um sujeito social, histórico e produtor de cultura.

Nesse sentido, o trabalho pedagógico é alicerçado sobre a realidade social problematizando-a, rumo à apropriação do conhecimento por meio da investigação e sistematização do saber na perspectiva da totalidade.

O trabalho coletivo entre os educandos possibilita a construção de aprendizagens colaborativas, sobre as quais são tecidas relações de solidariedade e compromisso com a produção de novas realidades sociais, as quais requerem novos entendimentos da relação entre educação e trabalho e deste em si, como constituidor do ser humano e das formas de existência humana.

Em todos os percursos formativos nos diferentes cursos da instituição, a avaliação é concebida como um processo de acompanhamento da aprendizagem, na perspectiva de avaliação formativa, a partir da qual avaliar é levantar informações para compreender as apropriações, seus processos e então intervir de forma coerente com as necessidades dos educandos.

4.6 Organização Didático-Pedagógica da Instituição

A organização didático-pedagógica dos cursos ofertados pelo IFMS está alicerçada sobre a premissa de que a educação é processo de humanização, por essa razão, os tempos e espaços nos quais são desenvolvidas as diferentes formas de educação profissional são pensados priorizando o protagonismo de seus sujeitos principais: educandos e educadores. Essa perspectiva é expressa nos documentos que norteiam a organização da Educação Profissional, Científica e Tecnológica conforme suas diferentes formas. Cada oferta é contemplada em uma normatização própria, intitulada Regulamento da Organização Didático-Pedagógica, em consonância com os princípios gerais que norteiam todas as ações do IFMS.

As orientações e regras presentes nesses regulamentos específicos são atualizadas periodicamente, a cada quatro anos, a partir das contribuições dos *campi* por meio da manifestação de docentes, técnicos e gestores. Os Regulamentos da Organização Didático-Pedagógica dos cursos ofertados

pelo IFMS são disponibilizados aos estudantes em meio físico e eletrônico quando do ingresso no curso, ou da atualização do documento.

4.6.1 Flexibilidades dos componentes curriculares

A flexibilidade curricular é uma necessidade atual que integra a formação acadêmica, profissional e cultural, assim, procura construir um currículo que atenda não só o crescimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal. Nos cursos, as atividades curriculares não estão limitadas às disciplinas. O currículo visa permitir a possibilidade de estabelecer conexões entre os diversos campos do saber e atualmente, conta com TCC, estágio supervisionado e atividades complementares, nos cursos superiores, que contabilizam um determinado número de horas obrigatório para a conclusão dos cursos.

Dentro das atividades extraclasse que devem ser realizadas, está a participação em projetos de iniciação científica como PIBIC, PIBIT, PIBID, PIBIC-AF e PIBITIAF. Participação em palestras, seminários e ações sociais em diversas áreas, estágio obrigatório, trabalho de conclusão de curso, dentre outras previstas no Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação, disponível no site do IFMS, ou definidas pelo Colegiado de Curso conforme necessidade. Estas atividades permitem ao discente desenvolver temas que envolvem a realidade e inclusão social, além de refletir a vivência profissional e cidadania. Estas práticas são reforçadas ainda por eventos promovidos pelo próprio IFMS, como por exemplo a Semana do Meio Ambiente e Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, Semana da Consciência Negra, que contam com palestras minicursos e apresentação de trabalhos relacionados aos temas.

Desta forma podemos afirmar que o processo de formação nos cursos do IFMS vai além das disciplinas comuns e específicas do curso. Além disso, os Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos superiores discutem constantemente a estrutura curricular dos mesmos, consultando discentes e docentes de outras áreas do conhecimento com o objetivo de proporcionar complementariedade dos saberes na forma de atividades científicas, culturais e de formação especializada. O NDE também assume o papel de discutir ementas, bibliografias e a inclusão de disciplinas optativas ou eletivas, para adequar o curso à realidade do mercado e da região, além da legislação vigente.

4.6.2 Oportunidades diferenciadas de integralização

Como ação de valorização dos conhecimentos apropriados pelos estudantes por meios formais ou informais, podem ser indicados ao Exame de Suficiência os estudantes que demonstrarem extraordinário aproveitamento nos estudos, conforme período definido em Calendário. A convalidação de unidades curriculares também é uma ação que possibilita uma forma diferenciada de integralização do currículo, consistindo no aproveitamento de conteúdos de unidades curriculares nas quais o estudante tenha sido aprovado, cursadas em outro currículo, curso ou instituição de ensino, no mesmo nível de ensino, desde que atendidas as condições expostas a seguir. Os estudantes matriculados em cursos de graduação do IFMS poderão requerer convalidação de unidades curriculares quando cursaram:

I. unidades curriculares em outros cursos superiores do IFMS, não simultâneas e anteriores ao período no qual o estudante está matriculado;

II. unidades curriculares em cursos superiores de outra instituição, anteriormente ao ingresso no curso do IFMS;

III. unidades curriculares em cursos superiores em outra instituição com a qual há acordo de mobilidade acadêmica.

Para os estudantes de cursos técnicos integrados poderá ser concedida a convalidação de unidades curriculares específicas da área profissional para o estudante que tenha concluído integral ou parcialmente cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, adotando-se os critérios presentes no Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos Cursos Técnicos Integrados.

Na modalidade Proeja, há a possibilidade de ser concedida a convalidação de qualquer unidade curricular do curso para o estudante que tenha concluído integral ou parcialmente cursos de Ensino Médio, de Educação Profissional ou não, adotando-se os critérios presentes no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Técnicos Integrados.

Caso o estudante necessite de maior tempo para integralização do seu curso, há a possibilidade de que ele amplie seu tempo de formação, observados os parâmetros dos regulamentos específicos.

4.6.3 Atividades práticas e estágios

Os estágios supervisionados e as atividades práticas integram os processos de ensino e aprendizagem no intuito de aproximar o estudante do cotidiano laboral e de situações reais, possibilitando vivências inerentes ao exercício da futura profissão, a partir do conhecimento construído no percurso de formação curricular.

O estágio no IFMS pode ocorrer em caráter obrigatório e não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do Projeto Pedagógico de Curso. O Estágio Obrigatório é requisito para aprovação e obtenção da diplomação/certificação. Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescido à carga horária regular e obrigatória.

O estágio de estudantes, em suas duas formas, é concebido como previsto na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, o qual configura um ato educativo escolar realizado em ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular. Plano de Desenvolvimento Institucional IFMS - 2014 / 2018.

Desse modo, o estágio faz parte do PPC com a finalidade de promover o aprendizado de conhecimentos próprios da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Assim, o estágio possibilita ao estudante: complementar o conhecimento adquirido no curso do IFMS a fim de facilitar sua entrada no mundo do trabalho;

familiarizar-se social e psicologicamente à atividade profissional; orientar-se na escolha de sua especialização profissional; aperfeiçoar as relações sociais e interação profissional do estudante.

Com isso, o estágio constitui-se na interface entre a vida acadêmica e a vida profissional, dando continuidade ao processo de aprendizagem. Tal procedimento é planejado criteriosamente e envolve orientação, encaminhamento, supervisão e avaliação do estudante-estagiário.

4.6.4 Desenvolvimento de materiais pedagógicos

Para subsidiar o processo de ensino e aprendizagem e aprimorar o trabalho docente, os professores do IFMS organizam os materiais pedagógicos que subsidiam o trabalho realizado com os estudantes.

O acompanhamento da produção de materiais didáticos constitui uma das atribuições do Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional – Nuged visando ao fortalecimento dos processos de ensino e aprendizagem, bem como a formação continuada dos docentes.

No intuito de fomentar essa ação, incluindo sua extensão para as relações pedagógicas na educação a distância, o IFMS também prevê a oferta de cursos de elaboração de materiais para os cursos e unidades curriculares ofertados na modalidade Educação a Distância.

4.6.5 Incorporações de avanços tecnológicos

Os avanços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs) na oferta educacional são incorporados por meio da busca pela melhoria dos processos educativos e a formação continuada dos docentes.

4.7 Políticas de Ensino

A Educação Profissional e Tecnológica, como uma modalidade da educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, constitui um campo de realização de direitos. Por essa razão, na perspectiva do trabalho como princípio educativo, a formação de seus estudantes não pode ser enleada no imediatismo do mercado de trabalho, mas requer processos educativos não aligeirados e/ou fragmentados.

Em consonância com esse ideário, os processos formativos conduzidos pelo IFMS têm seus tempos de formação ampliados primando pela integração dos diferentes campos do conhecimento.

Visando à formação científica e tecnológica de homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, tendo em vista a formação integral para o mundo do trabalho, os processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nos cursos de

Educação Profissional e Tecnológica do IFMS empregam metodologias pautadas na perspectiva da práxis.

Para apoiar as necessidades do ensino em diferentes campos, o IFMS desenvolve de forma sistêmica um processo de avaliação diagnóstica em Língua Portuguesa e Matemática, o qual conta com a aplicação de um instrumento único aos estudantes ingressantes em todos os cursos técnicos em cada *Campus* da instituição.

A partir dos resultados levantados na avaliação diagnóstica, os estudantes são convidados ou convocados a participar de um Programa de Matemática Integrada e Língua Portuguesa Integrada. Os referidos Programas visam ao fortalecimento das aprendizagens nas áreas mencionadas, com o intuito de possibilitar aos estudantes as apropriações fundamentais para o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem com êxito.

As formas de acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho docente ocorrem nas seguintes formas: No calendário acadêmico é previsto semestralmente um período para a realização do Planejamento de Ensino do Professor. O Plano de ensino é encaminhado ao Coordenador de curso e pedagogo, e após ajustes, é divulgado aos estudantes no início de cada semestre. A supervisora pedagógica acompanha algumas aulas ministradas pelos docentes, a fim de verificar se está em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso, bem como, os aspectos didático-pedagógicos utilizados pelo professor em sala. A Coordenação de Curso e a pedagoga, verificam a compatibilidade entre o Plano de Ensino e o Diário de Classe. Na avaliação docente pelo discente, realizada semestralmente, é avaliado o desenvolvimento das atividades do professor. Ressalta-se que nesta avaliação, todos os estudantes avaliam todos os docentes que ministram aulas durante o semestre letivo. Essa avaliação corresponde a 30% da avaliação de desempenho. Cabe ainda citar que os docentes elaboram um Plano de Trabalho referente às atividades a serem desenvolvidas no decorrer do período, e um relatório das atividades ao final do semestre letivo.

4.8 Políticas de Extensão

As Políticas de Extensão do IFMS têm como focos fundamentais de atuação o apoio e fortalecimento da participação, seja como ouvinte ou como palestrante, de Plano de Desenvolvimento Institucional IFMS - 2014 / 2018 65 discentes, docentes e técnicos-administrativos, diretamente relacionados a projetos de extensão em eventos técnicos, sociais, científicos, artísticos, esportivos e culturais, bem como a garantia de acesso democrático e a permanência, com qualidade, no IFMS.

As Políticas de Extensão compreendem as ações direcionadas para o incentivo ao desenvolvimento de projetos de extensão vinculados ao desenvolvimento regional, envolvendo docentes, estudantes e técnicos-administrativos, a institucionalização de programas de extensão comunitária como forma de retorno das atividades acadêmicas à sociedade e também a ampliação da participação dos familiares dos estudantes e comunidade em geral nas atividades.

Também abarcam as ações das Políticas de Extensão a inserção e a permanência de pessoas com necessidades especiais e diversidade de forma a garantir às mesmas o direito à educação, além do incentivo à organização estudantil.

4.9 Políticas de Pesquisa e Inovação

As Políticas de Pesquisa do IFMS encontram fundamento nas premissas que buscam a integração e a articulação entre ciência, tecnologia, inovação e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica, como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários à formação de um cidadão pleno e em exercício de atividade laboral.

As ações que concretizam as Políticas de Pesquisa e Inovação no IFMS revelam a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A pesquisa se concretiza nas diferentes ações de ensino e extensão, contribuindo com mecanismos para o acesso, permanência e êxito do estudante no IFMS. O Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFMS (Pitec) estabelece as diretrizes para operacionalização da concessão de bolsas e auxílios aos estudantes dos níveis médio e superior da instituição envolvidos com projetos de pesquisa.

O Empreendedorismo e Inovação se desenvolvem a partir do conteúdo programático das disciplinas de empreendedorismo oferecidas nos cursos de nível médio e de nível superior, além das demais ações integradas realizadas durante os semestres letivos. O Programa de Empreendedorismo e Inovação norteará essas atividades, incluindo também, o modelo de operacionalização dos mecanismos de apoio institucional para a geração de novos negócios. Desta forma, a integração dessas ações e mecanismos, com a dos demais atores locais, contribuem para a formação de Territórios Inovadores nas diversas regiões do Estado de Mato Grosso do Sul.

4.10 Políticas de Gestão- Políticas de Gestão de Pessoas

Em consonância com a perspectiva de gestão democrática que norteia todas as ações em educação no país, conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, de 1996, as políticas de gestão do IFMS visam à democratização das ações institucionais com vistas a consolidar a universalização e interiorização da educação profissional, científica e tecnológica no estado de Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, os principais agentes dessas políticas são os servidores técnicos e docentes, que, por meio dos seus representantes nas ações próprias de gestão, implementam uma nova institucionalidade em compromisso com o social. O IFMS está, assim, alinhado à proposta que originou a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pautado na indissociabilidade entre teoria e prática.

Desse modo, os modelos de gestão do passado já não respondem às demandas contemporâneas de todas as ordens e nesse caminho que seguem os desafios enfrentados pelo IFMS em seu processo de implantação.

4.10.1 Corpo Docente

O corpo efetivo de docentes do IFMS é constituído por professores da carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. Para o atendimento de condições definidas em lei, e em caráter temporário, o IFMS conta com número de professores substitutos e temporários, especificado em diretrizes legais e normativa.

4.10.1.1 Requisitos de Titulação

Os requisitos de titulação para a admissão de docentes para o quadro efetivo são definidos nos editais de concurso público e possuem regras estabelecidas em lei para a titulação exigida de acordo com o nível da carreira docente. Para a Carreira do Magistério Básico, Técnico e Tecnológico, exige-se que o docente possua graduação em áreas/subáreas específicas.

4.10.1.2 Regime de trabalho

O regime de trabalho dos docentes também é definido em lei, podendo ser de tempo parcial (20 horas), tempo integral (40 horas) com Dedicção Exclusiva (DE). No caso do DE, o docente fica impedido de exercer outra atividade remunerada, pública ou privada. O quadro apresenta a projeção de quantitativo total de docentes do *Campus Jardim* no período de 2014-2018:

Quadro 7 - Projeção de contratação de docentes do Campus Jardim

Regime de Trabalho	2014	2015	2016	2017	2018
DE	01	03	10	06	02

4.10.1.3 Critérios de seleção e contratação

A seleção dos docentes para o quadro permanente do IFMS ocorre mediante concurso público, na forma da legislação vigente, devendo o candidato possuir a titulação mínima exigida no edital do certame, que regulamenta todo o processo de seleção.

4.10.1.4 Procedimentos para substituição eventual de docentes

A substituição temporária de professores efetivos é feita por meio de professores substitutos. A Lei nº 8.745/93 disciplina as hipóteses de contratação eventual, sendo que o contrato pode ter vigência máxima de dois anos. A seleção é regulamentada por edital público, constituindo-se em avaliar os candidatos por meio de prova escrita e prova de desempenho didático.

4.10.2 Corpo Técnico-Administrativo

4.10.2.1 Estruturação

Os técnicos-administrativos do IFMS são integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

Conforme o Art. 8º da Lei 11.901, de 12 de janeiro de 2005, os TAEs possuem como atribuições gerais, de acordo com o ambiente organizacional, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações: planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino, à pesquisa e à extensão; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros disponíveis, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O quadro de servidores técnico-administrativos do IFMS foi de 181 servidores, em dezembro de 2013, distribuídos nos sete *campi* em funcionamento e na Reitoria.

4.10.2.2 Políticas de Qualificação

Com o objetivo de melhorar o desempenho dos técnicos-administrativos, oportunizando o desenvolvimento profissional e pessoal por meio da aprendizagem de novas habilidades, aprimoramento e otimização do trabalho realizado, o IFMS possui o Plano de Capacitação Institucional, elaborado em consonância com o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, que trata do Plano Anual de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e com a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, entre outras.

O Plano de Capacitação Institucional é composto por trilhas de aprendizagem, tendo por base as seis linhas de desenvolvimento do Decreto nº 5.825, sendo: I - iniciação ao serviço público; II - formação geral; III - educação formal; IV – gestão; V- inter-relação entre ambientes; e VI – específica.

Considerando as necessidades institucionais e setoriais, os servidores são convocados a realizar cursos dentre as trilhas geral e específica. Sendo assim, os técnicos-administrativos do IFMS devem realizar cursos das seguintes Trilhas:

Trilha Ambientação – Ambientação de Novos Servidores, que contempla a linha de desenvolvimento I - iniciação ao serviço público;

Trilha Geral, que contempla a linha de desenvolvimento II – formação geral;

Trilha Específica, conforme a unidade a qual o servidor está vinculado, que contempla a linha de desenvolvimento VI – específica, destinada a cada Pró-Reitoria, Diretoria, Assessoria e Coordenação;

Trilha de Gestão, que contempla a linha de desenvolvimento IV – gestão, aos técnicos-administrativos em cargo de gestão (Coordenadores, Diretores, Pró-reitores, etc.).

É necessário aos técnicos-administrativos, em um interstício de 18 meses, o cumprimento mínimo de um curso da Trilha Geral e Específica; e aos cargos de chefia, deve ser aditado um curso da Trilha de Gestão.

Além das trilhas de aprendizagem, o Plano observa a linha de desenvolvimento III - educação formal, que visa ações que contemplem os diversos níveis de educação formal, por meio de incentivo, divulgação de cursos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado), considerando a realidade dos servidores do IFMS (nível de escolaridade – médio e/ou superior).

Os técnicos-administrativos ocupantes de cargo efetivo, matriculados regularmente, como aluno regular ou especial, em curso de pós-graduação stricto sensu e lato sensu, poderão ter disponibilidade de até 10% da sua jornada semanal, sendo considerada como horário-capacitação, sem a necessidade de compensação, desde que a pós-graduação seja na área de sua atuação e no estrito interesse da instituição.

Ainda, conforme legislação, para cursar pós-graduação stricto sensu, há a possibilidade de solicitação de afastamento, havendo regras internas que estão sendo definidas pela Comissão Interna de Supervisão (CIS).

Na sequência apresentamos a projeção de contratação de Técnicos-Administrativos do Campus Jardim no período 2014-2018:

Quadro 8 - Projeção de quantitativo de Técnicos-Administrativos do Campus Jardim

Cargo	2014	2015	2016	2017	2018
Assistente de Alunos	-	1	1	-	-
Assistente em Administração	-	2	1	1	-
Assistente Social	-	-	1	-	-
Auxiliar em Administração	-	-	1	1	-
Contador	-	-	-	1	-
Pedagogo	-	-	1	-	-
Psicólogo	-	-	-	1	-
Técnico de Laboratório	-	-	-	1	-
Técnico em Tecnologia da Informação	-	-	-	1	-

4.11 Políticas de Educação Inclusiva – Políticas de Assistência Estudantil

Como política de educação inclusiva foi instituído o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais / Específicas, NAPNE-IFMS, um programa permanente, multicampi, que tem por finalidade possibilitar e garantir o acesso e permanência do estudante com necessidades educacionais especiais no IFMS e pessoas com deficiência.

O NAPNE tem como visão garantir o acesso e permanência do estudante com necessidades educacionais especiais no IFMS, junto das trajetórias formativas ofertadas, por meio das áreas de ensino, pesquisa e extensão, realizando orientações, estudos, relacionando outras instituições educacionais de diferentes níveis e redes de ensino bem como entidades de/e para pessoas com deficiência.

Visão ⇒ Ser referência como Instituto que proporciona condições de aprendizagem e permanência dos estudantes com PCDE e PNEs garantindo qualidade de ensino, convivência equivalente à totalidade do corpo discente.

Princípios Norteadores ⇒ O NAPNE tem como princípios norteadores:

Acessibilidade: São as condições e possibilidades de alcance para utilização, com segurança e autonomia, do acesso à informações, edificações públicas, privadas e particulares, seus espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, proporcionando a maior independência possível e dando ao cidadão deficiente ou àqueles com dificuldade de locomoção, o direito de ir e vir a todos os lugares que necessitar, seja no trabalho, estudo ou lazer, o que ajudará e levará à reinserção na sociedade.

Responsabilidade social: Respeito ao cumprimento dos deveres e obrigações dos indivíduos e Instituições com a sociedade em geral.

Equidade: Adaptação da regra existente à situação concreta, observando-se os critérios de justiça e igualdade. Pode-se dizer, então, que a equidade adapta a regra a um caso específico, a fim de deixá-la mais justa. Ela é uma forma de se aplicar o Direito, mas sendo o mais próximo possível do justo para as duas partes.

Quanto ao atendimento especializado, atuam no *campus* profissionais efetivos com formação específica na Língua Brasileira de Sinais, Libras, tais como docentes e tradutores e intérpretes. Os servidores que não possuem tal formação vêm participando de cursos de capacitação ofertados ora pela instituição, ora em parceria com as prefeituras municipais e governo estadual.

4.11.1 Políticas de Assistência Estudantil

O programa tem como objetivo incentivar o estudante em sua formação educacional, bem como apoiá-lo em sua permanência no IFMS, visando à redução dos índices de evasão escolar decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica. Os estudantes contemplados, mediante critérios estabelecidos em edital, recebem benefício mensal durante o ano letivo.

O Programa de Auxílio Permanência aos estudantes dos cursos técnicos integrados de nível médio, do Programa Nacional de Integração da Educação

Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e dos cursos superiores do IFMS concede auxílios financeiros mensais durante o período letivo, para estudantes de baixa renda dos cursos acima mencionados, conforme número de vagas previstas em edital.

O *Campus Jardim* executa alguns programas com o intuito de auxiliar o estudante nas atividades extraclasse e garantir a conclusão de seus estudos. Podemos citar como exemplo, o programa auxílio permanência e o programa de Iniciação Científica (IC). Ambos os programas fornecem mensalmente ao estudante uma bolsa de estudo.

Além disso, todos os docentes em regime de trabalho com dedicação exclusiva têm parte de sua carga horária semanal destinada para o atendimento ou permanência de estudante (PE). A carga horária para este fim será de no mínimo 02 horas semanais até 08 horas semanais, dependendo do número médio de aulas do docente, conforme as Diretrizes para Gestão das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFMS (Fevereiro de 2011). Este período pode ser utilizado para plantões de dúvidas, revisão de conteúdo, orientações de trabalhos acadêmicos, recuperação paralela de conteúdo e demais atividades que julgarem necessárias para auxílio extraclasse ao estudante.

O Programa de Acesso, Permanência e Êxito tem o objetivo de contribuir para o êxito no processo de ensino e aprendizagem, além de minimizar os índices de evasão e reprovação escolar. Tal programa consiste em avaliação diagnóstica nas unidades curriculares de matemática e português, e aulas para estudos e recuperações das dificuldades ministradas em contra-turno por docentes do IFMS.

4.12 Políticas de Educação Ambiental

O IFMS tem compromisso com uma sociedade mais igualitária, justa e ambientalmente correta. A responsabilidade social abarca tanto as ações no nível interno da instituição, bem como com a sociedade em geral, quanto os próprios processos de formação profissional desenvolvidos por meio de seus cursos. O trabalho educativo com as unidades curriculares previstas no projeto pedagógico de curso fomenta a crítica e a reflexão dos estudantes sobre problemáticas sociais contemporâneas, visando que a formação profissional os aproxime das questões da humanidade, do bem comum, para que assim se efetive a plena formação do educando.

Conforme preconizado pela Lei 9.795/1999, visando manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais, o *Campus Jardim* promoverá integração da dimensão ambiental nas ações de ensino pesquisa e extensão.

É fomentado assim, no âmbito dos cursos ofertados pelo IFMS, o estímulo às práticas sustentáveis e de responsabilidade social, direcionadas para a formação de indivíduos com protagonismo social, críticos, capazes de interagir com as questões ambientais, sociais e econômicas de forma responsável, ética e justa.

Estas ações educativas são compartilhadas, com a comunidade interna e externa, durante a realização da Semana do Meio Ambiente, evento institucional que

ocorre anualmente por ocasião do dia mundial do Meio Ambiente celebrado na data de 5 de junho.

4.13 Políticas de Educação do Campo

A Política de Educação no Campo juntamente com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA criados a partir do Decreto de nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, reforça a necessidade da valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

O grande passo e de importância significativa para a educação no campo e sua inclusão na agenda política educacional talvez tenha sido a inserção na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 em seu artigo 28, que trata da forma de estruturação e adequação do sistema de ensino as peculiaridades da vida no espaço rural. A resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, estabeleceu diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica do campo. Importante registrar que as Diretrizes possibilitaram a elaboração de propostas pedagógicas que valorizem, a diversidade cultural, a gestão democrática e o acesso aos avanços científicos e tecnológicos no ensino, bem como, suas respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida da população.

A Lei de criação (11.892, de 29/12/2008), dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, institui que uma das finalidades e características destas instituições é a de orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural. Além disso, a estrutura multicampi dos institutos, aliada a sua missão, junto com a clara definição do seu território de abrangência, reforçam o compromisso da intervenção nas regiões, com a identificação dos problemas e criação de soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

A Educação do Campo representa o compromisso com uma política que possibilite o acesso ao conhecimento dos povos que vivem no campo junto a uma educação que conduza a emancipação deste segmento da população ofertando uma educação que valorize o espaço rural, fazendo uso das ações coletivas com a comunidade escolar numa perspectiva de qualificar o processo de ensino e aprendizagem. Além disso, nos últimos anos a educação no campo tem conquistado relevante espaço nos projetos a nível municipal, estadual e principalmente federal, auxiliando ainda mais no processo de valorização do espaço rural como local de conhecimento, cultura, vivência e construção de novas possibilidades e não somente como um lugar para trabalho.

4.14 Políticas de Acesso - Ações Afirmativas

O ingresso aos cursos superiores do IFMS *Campus Jardim* é por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), para candidatos que realizaram a prova do

ENEM, de obtenção de novo título aos portadores de diploma de Curso Superior e de transferência. As vagas a serem preenchidas por meio do ENEM/SISU obedecerão às condições dispostas em Edital próprio, observados, ainda, os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação.

O ingresso para estudantes portadores de diploma de Curso Superior registrado pelos órgãos competentes, desde que haja vaga no curso, obedecerá às condições dispostas em Edital específico publicado anualmente.

A transferência contempla o ingresso de estudante de outro estabelecimento de Ensino Superior devidamente reconhecido ou autorizado e regularmente matriculado no mesmo curso ou de área afim, desde que haja vaga no curso, também obedecerá às condições dispostas no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação do IFMS (Disponível em: <http://www.ifms.edu.br/wp-content/uploads/2012/05/Regulamento-da-Organização-Didático-Pedagógica-dos-Cursos-de-Graduação1.pdf>).

O ingresso nos cursos Técnicos Integrados se dá por processo seletivo, e nos Subsequentes e FICs por meio de sorteio em conformidade com edital elaborado e aprovado pelo IFMS.

O IFMS, em concordância com o disposto na Lei nº 12.711 de 29/08/2012, no Decreto nº 7.824 de 11/10/2012, na Portaria Normativa/MEC nº 18 de 11/10/2012 e na Portaria Normativa/MEC nº 21 de 5/11/2012, determina nos editais de seleção que os candidatos podem optar por concorrer na qualidade de beneficiário de uma das opções de ação afirmativa no ato da inscrição, observadas as seguintes condições:

I. No mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas reservadas serão destinadas aos estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salários mínimos per capita. Nesse grupo, será garantido aos candidatos autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas no mínimo a mesma proporção da soma de Pretos, Pardos e Indígenas na população do estado do Mato Grosso do Sul, que é de 51,95%, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

II. As demais vagas reservadas serão destinadas aos estudantes com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salários mínimos per capita. Nesse grupo, também será garantido aos candidatos autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas no mínimo a mesma proporção da soma de Pretos, Pardos e Indígenas na população do estado do Mato Grosso do Sul, que é de 51,95%, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

4.15 Políticas de Educação a Distância

A educação a distância apresenta-se hoje como uma estratégia essencial na democratização do acesso ao conhecimento. Articulada à educação profissional, visa proporcionar ao cidadão a sua inserção, de forma mais rápida, às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade.

O mundo do trabalho, cada vez mais, necessita de profissionais aptos e qualificados para atender às novas exigências. Nesse contexto, a educação a distância é verificada como metodologia aliada a esse processo. Estimulados pela

democratização de acesso e pelas constantes atualizações profissionais em função da telemática, a educação a distância amplia-se notoriamente no mundo e no Brasil, fazendo com que tanto as pessoas como as instituições utilizem-na como mais uma possibilidade para gerar e buscar maiores conhecimentos.

O governo, em todas as suas esferas, vem utilizando a educação a distância como ferramenta educacional, com a finalidade de atender inúmeros segmentos populacionais, com vistas à diminuição da exclusão social, objetivando atender a um grande número de pessoas que, por diversos motivos, não puderam frequentar os ambientes tradicionais de ensino.

Corroborando com as propostas do Governo Federal e considerando o expressivo número de sul-mato-grossenses com dificuldades de acesso à escola pública de qualidade, o IFMS, vislumbrando a utilização de novas propostas pedagógicas, deu início às atividades da Educação a distância em setembro de 2010, praticamente junto com o início das atividades com a oferta de cursos presenciais dos 7 *campi* em Mato Grosso do Sul, que se deu em fevereiro de 2011, exceto o *Campus Nova Andradina* iniciou em março de 2010.

Por meio dos cursos a distância, o estudante tem a oportunidade de se relacionar com professores, outros colegas e ampliar seu leque de relacionamentos, assim como melhorar suas expectativas pessoais e laborais e, simultaneamente a seu aprendizado, aplicar o conhecimento adquirido em suas aulas no próprio ambiente de trabalho.

Perante esta nova sociedade, caracterizada pelos grandes avanços proporcionados pela ciência e mídia eletrônica, com vínculo cada vez maior ao processo produtivo, o IFMS vem oferecendo a qualificação e requalificação por meio da educação a distância, visando contribuir com a população sul-mato-grossense, no que diz respeito ao ingresso e qualificação do cidadão no mundo do trabalho, com vistas a uma vida mais digna e acesso a educação de qualidade e gratuita nos municípios em que atua.

Em 2014, por meio da parceria com o IFPR, o IFMS conta com 26 polos de Educação a Distância, atendendo a 21 municípios com 130 turmas e um total de 4.853 estudantes. As tele-aulas são realizadas nos estúdios e transmitidas via satélite para todos os Polos de Educação a Distância, contando com as seguintes ferramentas:

O ambiente virtual de ensino e aprendizagem (Avea) *Moodle*, utilizado no IFMS, auxilia no aprendizado e na comunicação dos coordenadores, professores, tutores a distância e alunos. A comunicação síncrona ocorre por meio das salas de bate-papo disponível no ambiente de aprendizagem.

A trilha de aprendizagem do Avea faz com que o aluno navegue em um ambiente virtual de aprendizagem organizado pedagogicamente, proporcionando facilidade para localização de informações, como também incentiva o professor a complementar os conteúdos estudados, por meio de indicações de artigos, textos e vídeos e estimula a criação de livros digitais, objeto de aprendizagem com animações interativas.

Os professores da EaD postam suas atividades no Avea, havendo somente o contato via chat e fórum com os estudantes. Em cada polo de apoio

presencial, o tutor presencial se faz presente para repassar informações aos estudantes e fornece apoio ao professor EaD.

Os tutores presenciais são considerados responsáveis pelos polos de apoio e, por estarem em contato direto com o estudante, orientam as atividades, lançam presenças, aplicam provas, corrigem e lançam as notas.

Atualmente, existe uma visão de aniquilamento da distância, pois a educação pode atingir todos os indivíduos, a qualquer tempo e em qualquer posicionamento. A educação a distância passa a ser uma educação sem limites.

Uma questão notável é a possibilidade de se atingir maior área física. Com a Educação a Distância, o IFMS não fica restrito somente a locais pré-determinados e horários definidos, mas consegue também alcançar pessoas que não podem manter frequência escolar regular em horário regulares, chegando a municípios que até então não havia disponibilidade de cursos para formação profissional ou aprimoramento.

Durante o processo de consolidação da oferta a distância tanto de cursos de formação inicial e continuada, quanto de cursos técnicos, a instituição se estrutura para atender os requisitos presentes na Resolução CNE/CES de nº 1, de 11 de março de 2016, objetivando a oferta de Cursos Superiores a Distância. No momento desta oferta deverão ser atendidas as alterações propostas pela Nota Técnica DAES/INEP nº 008-2015, que apresenta alterações propostas para o instrumento de avaliação de Cursos de Graduação nos graus tecnológico, de licenciatura e de bacharelado para a modalidade presencial e à distância.

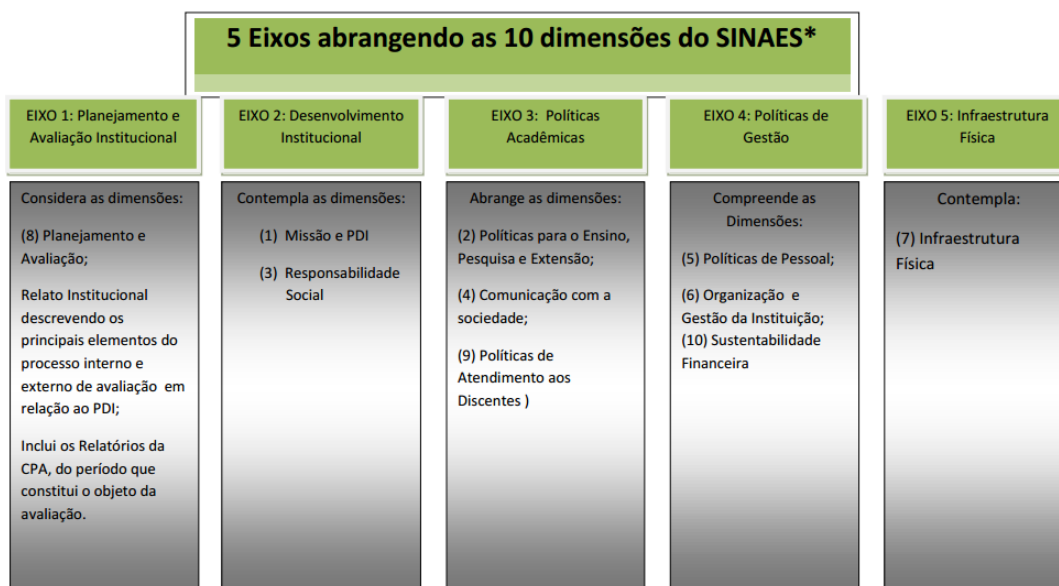
4.16 Políticas de Avaliação Institucional

A avaliação institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes - Lei nº 10.861/2004). O Sinaes estabelece as ferramentas para autoavaliação institucional, e tem como objetivos a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, entre outras.

A avaliação institucional é realizada com base nas dez dimensões do Sinaes: 1. Missão e PDI; 2. Políticas para ensino, pesquisa pós-graduação e extensão; 3. Responsabilidade social; 4. Comunicação com a sociedade; 5. Política de pessoal e carreira; 6. Organização da gestão; 7. Infraestrutura; 8. Planejamento e avaliação; 9. Atendimento discente; 10. Sustentabilidade financeira.

Buscando facilitar o diálogo entre as atividades que devem ser articuladas no momento da avaliação, a partir da Nota Técnica N° 014/2014 CGACGIES/DAES/INEP/MEC, as dez dimensões são agrupadas em cinco eixos, conforme indicado no diagrama a seguir.

Com esta organização matricial, o trabalho da CPA e outros processos avaliativos permitirão de um melhor acompanhamento deste planejamento, bem como sua atualização e reformulação.



*Extraído da Nota Técnica Nº 14/2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC

4.17 Políticas de Atendimento aos Estudantes

As políticas educacionais adotadas pelo IFMS estimulam a democratização do acesso, permanência e êxito escolar, sendo concretizadas nos eixos socioeconômico, biopsicossocial, na formação humana e profissional.

Como programa de apoio pedagógico, podemos citar o estímulo à permanência dos discentes no contraturno, período em que os docentes, em horários pré-estabelecidos, estão à disposição dos estudantes realizando orientação educacional básica, acompanhamento das dificuldades e do desempenho dos discentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Em relação à organização estudantil, podemos citar a existência dos grêmios e centros acadêmicos, que são espaços para participação nos processos decisórios e convivência dos estudantes.

Também fazem parte do planejamento institucional ações de inserção dos discentes em programas de iniciação científica e de extensão, intensificando diálogos com órgãos de fomento para implementação de bolsas, bem como o fomento interno às ações de pesquisa e extensão por meio de edital.

Na dimensão socioeconômica, o IFMS oferece auxílios financeiros a estudantes em situação de vulnerabilidade social, a fim de suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola.

Os auxílios são ofertados por meio de edital interno de seleção que estabelece critérios e condições para recebimento dos mesmos. Atualmente, estão implementados os Programas de Auxílio Permanência, Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte e Alojamento Estudantil, sendo este último exclusivo ao *Campus Nova Andradina*, por ser localizado em área rural, distante 20 km da cidade.

Também é ofertado auxílio financeiro a estudantes para realização de viagens ou participação em eventos, desde que estejam previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Com relação a assistência estudantil as ações dos *campi* polarizam-se principalmente em duas ações: concessão de auxílio permanência aos estudantes e concessão de passe estudantil.

4.18 Políticas de Acompanhamento de Egressos

O atendimento de orientação profissional é prestado aos egressos que se dirigem aos *Campus* pela Coordenação de Extensão e Relações Institucionais (Coeri).

O acompanhamento de egressos é um mecanismo de singular importância para a formação continuada, a retroalimentação do currículo escolar e também para que o IFMS possa avaliar o desempenho de seus alunos e o seu próprio desempenho, na avaliação contínua da prática pedagógica do curso.

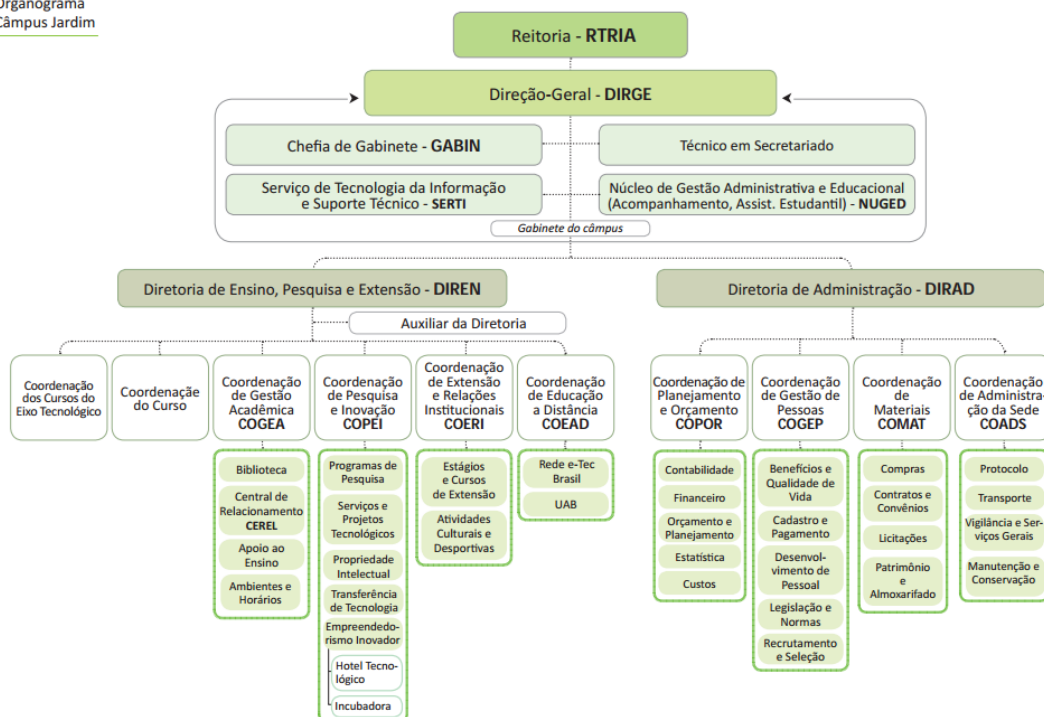
Desse modo, acredita-se que o acompanhamento de egressos poderá revelar dois pontos fundamentais: a) qual o impacto nas condições de trabalho e renda dos egressos; b) como o estudante avalia a sua formação e qual as suas expectativas de formação continuada. Assim, espera-se constituir em uma ferramenta e uma fonte de dados para a avaliação institucional do IFMS.

Para o acompanhamento dos egressos no IFMS serão adotadas as seguintes medidas:

- cadastro do egresso e de seu currículo no banco de dados da instituição;
- envio ao endereço eletrônico do egresso, com periodicidade, de informes de atualização e capacitação profissional;
- desenvolver formulário com questionário aplicado aos egressos avaliando o curso realizado e diagnosticando as principais dificuldades enfrentadas por estes no mundo do trabalho;
- cadastro atualambizado das empresas parceiras e dos estudantes que concluem os cursos e ingressam no mundo de trabalho, possibilitando o acompanhamento dos egressos.

4.19 Estrutura Organizacional e Infraestrutura Física (Síntese)

O detalhamento da estrutura organizacional, as competências das unidades administrativas e as atribuições dos respectivos dirigentes serão estabelecidos no Regimento Geral do IFMS.



Organograma do Campus Jardim

Quadro 9 - Síntese da Infraestrutura Física

Caracterização da Infraestrutura	Quantidade
Anfiteatro	01
Biblioteca	01
Cantina	01
Copa	01
Laboratório de Ciências	01
Laboratório de Eixo	02
Laboratório de Informática	01
Quadra Poliesportiva	01
Salas de aula	04
Salas de setores administrativos	14
Sanitários	15

O *Campus Jardim* iniciou suas atividades em sede provisória, possuindo 2 salas de aula, 1 sala de professores, 1 laboratório de informática, 1 sala

administrativa, direção, depósito, cozinha, sanitário masculino e feminino. A sede definitiva, detalhada no quadro 9, possui previsão de entrada em funcionamento a partir do segundo semestre de 2016.

4.20 Referências

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995. p.11-35.

IFMS, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2014 / 2018 IFMS**. Campo Grande: IFMS, 2014. Disponível em: <http://www.ifms.edu.br/wp-content/uploads/2014/07/pdi_ifms_2014_2018_2edicao.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016

5 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS E DE CADA UM DE SEUS CURSOS

Quadro 10 - Programação de oferta de Cursos Técnicos Presenciais

Nome do Curso	Eixo Correspondente	Nº de Estudantes / Turma	Nº de Turmas	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para início
Edificações - Projeja	Infraestrutura	30	01	Noturno	2015-2
Manutenção e Suporte em Informática - Projeja	Informação e Comunicação	30	01	Noturno	2015-2
Edificações	Infraestrutura	30	01	Matutino	2016-1
Informática	Informação e Comunicação	30	01	Matutino	2016-1
Edificações - Projeja	Infraestrutura	30	01	Noturno	2016-2
Manutenção e Suporte em Informática	Informação e Comunicação	30	01	Noturno	2016-2
Edificações	Infraestrutura	80	02	Matutino / Vespertino	2018

Quadro 11 - Programação de oferta de cursos de Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia)

Nome do Curso	Modalidade	Nº de Estudantes / Turma	Nº de Turmas	Turno(s) de Funcionamento	Ano previsto para início
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Presencial	40	01	Noturno	2018

A oferta do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas estava prevista para 2015, em função das condições materiais e de pessoal, foi necessário reprogramar esta oferta. Este fato provocará um novo estudo para análise da demanda e viabilidade da oferta do curso.

Quadro 12 - Programação de oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada

Nome do curso	Modalidade	Nº de estudantes / turma	Nº de turmas	Turnos de Funcionamento	Local da Oferta	Ano previsto para oferta
Operador de Computador	Presencial	20	1	Noturno	Escola MARC	2014-2
Inglês Básico	Semi-presencial	25	1	Noturno	Escola MARC	2015-1
Operador de Computador	Presencial	20	1	Noturno	Escola MARC	2015-2
Desenhista da Construção Civil	Presencial	20	1	Vespertino	Escola Durval Pereira Barboza	2015-2
Inglês Básico	Semi-presencial	25	3	Noturno	Escola MARC	2016-1

6 REGULAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DO CAMPUS

O regulamento Didático-Pedagógicos do câmpus segue os regulamentos gerais do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, tanto para cursos técnicos integrados, subsequentes e graduação (disponível no site: <http://www.ifms.edu.br/leftsidebar/ifms/documentos-institucionais/regulamentos/>).

6.1 Perfil do egresso

A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, depende prioritariamente da aferição simultânea das demandas das pessoas, do mercado de trabalho e da sociedade civil organizada. A partir daí, é traçado o perfil profissional de conclusão da habilitação ou qualificação prefigurada, o qual orienta a construção do plano de curso, que deve estar de acordo com o perfil definido no catálogo nacional de cursos técnicos, cursos superiores de tecnologias e licenciaturas aprovados pelo MEC. Para construção dos planos de curso o Instituto utiliza informações das diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional, publicados pela resolução 4/99 CNE/CEB.

O perfil do egresso do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul - *Campus Jardim* é constituído levando em consideração o atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado e da sociedade, bem como a conciliação das demandas identificadas com a vocação e a capacidade institucional do IFMS - *Campus Jardim*.

6.2 Seleção de conteúdo

A seleção dos conteúdos dos cursos oferecidos pela instituição, além de respeitar as normas estabelecidas pelos órgãos competentes do Ministério da Educação e pelos Conselhos Profissionais, é feita de acordo com as necessidades específicas de cada curso, objetivando formar um profissional que atenda de forma eficiente e adequada o mercado de trabalho no qual irá se inserir. Para que esse objetivo seja alcançado, é preciso que essa seleção seja feita de acordo com a proposta pedagógica dos cursos, garantindo a articulação entre o conteúdo e o método de ensino.

6.3 Princípios metodológicos

Os programas de educação profissional do *Campus Jardim*, com currículos dirigidos para competências requeridas pelo contexto de uma determinada área profissional, caracterizam-se por um conjunto significativo de problemas e projetos, reais ou simulados, propostos aos participantes e que desencadeiam ações resolutivas, incluídas as de pesquisa e estudo de conteúdos ou de bases tecnológicas de suporte, podendo estar reunidas em disciplinas, seminários, ciclos de debates temáticos e de atividades experimentais e laboratoriais.

Nesta perspectiva o currículo não é fim, mas coloca-se a serviço do desenvolvimento de competências. Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de Nível Técnico, os currículos do *Campus Jardim*, desenhados na perspectiva da construção de competências, são

constituídos essencialmente de um eixo de projetos, problemas e desafios significativos do contexto produtivo da área, envolvendo situações simuladas ou, quando possível, reais. Neste sentido são disponibilizados ambientes e recursos adequados e atualizados para o desenvolvimento de projetos típicos da área profissional alvo do programa de formação.

Ao contrário da tendência tradicional de educação, em que a questão metodológica é tida como secundária, assume aqui um papel relevante, exigindo atenção prioritária no planejamento do currículo, representado este por um conjunto contextualizado de situações-meio, voltado para a geração de competências requeridas pelo processo produtivo de uma ou mais áreas profissionais.

O desenvolvimento das unidades curriculares, no momento presencial em sala de aula, é direcionado pelo professor que organiza e define o trabalho pedagógico, descrevendo em plano de ensino, aprovado pelo colegiado do curso e apresentado aos estudantes no início do período letivo. Alguns dos procedimentos didático-pedagógicos para auxiliar os estudantes nas construções intelectuais ou atitudinais são:

- Elaboração do Plano de Ensino para definição de objetivos, procedimentos e formas da avaliação dos conteúdos previstos na ementa da disciplina.

- Problematização do conhecimento, buscando confirmação em diferentes fontes e solução de problemas.

- Contextualização dos conhecimentos sistematizados, relacionando-os com sua aplicabilidade no mundo real e valorizando as experiências dos estudantes, sem perder de vista também a construção do conhecimento.

- Promoção da integração dos saberes, tendo como princípios a contextualização e a interdisciplinaridade, expressas tanto na forma de trabalhos previstos nos planos das disciplinas como na prática profissional e em especial projetos integradores.

- Diagnóstico das necessidades de aprendizagem dos estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos.

- Elaboração de materiais a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo.

- Utilização de recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas.

- Desenvolvimento de projetos, seminários, debates, entre outras atividades que promovam o enriquecimento do trabalho em grupo e aprendizagem colaborativa.

Tais procedimentos visam aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem, levando o estudante a entender as múltiplas relações que o homem estabelece na sociedade, sua relação com a tecnologia e o papel que esta pode desempenhar nos processos produtivos, na preservação ambiental e na transformação da sociedade.

6.4 Processo de avaliação

A avaliação permite diagnosticar a situação do discente, em face da proposta pedagógica da escola e orientar decisões quanto à condução da prática educativa. Como tal, deverá ser contínua e cumulativa, considerando a prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados do período letivo sobre os finais (LDB 9394/96).

Consiste em avaliar o desempenho do aluno quanto ao domínio das competências previstas face ao perfil necessário à sua formação, através da adoção de vários instrumentos, sendo possível, dessa forma, verificar se foram adquiridas as competências necessárias à sua formação geral e profissionalizante, assim como se o caminho que o docente está percorrendo deve ser revisto.

O processo avaliativo tem a função formativa, servindo para o discente como parâmetro de referência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades de crescimento. Neste contexto, a avaliação será orientada para a realimentação do esforço do aluno, na medida em que os resultados das atividades não sejam apenas comunicados, mas discutidos, indicando erros, identificando dificuldades e limitações, sugerindo possíveis soluções e rumos.

A avaliação escolar permeia todo o processo ensino-aprendizagem, envolvendo análise e julgamento do alcance dos objetivos propostos para cada disciplina, bem como a adoção de vários instrumentos de verificação da aprendizagem sempre que os resultados apurados indicarem essa necessidade.

6.5 Práticas Pedagógicas, Políticas de Estágio, Prática Profissional e Atividades Complementares

A prática pedagógica do *Campus Jardim* buscará unir teoria e prática, onde os professores, serão acompanhados pela equipe pedagógica e encorajarão os alunos a buscarem pontos de vista diferentes sobre os conteúdos estudados.

O NUGED é um órgão de orientação educacional e de serviços ao estudante, composto por Pedagogo, Assistente Social e Psicólogo. Seu objetivo é auxiliar e orientar os acadêmicos nos âmbitos pedagógico, através de ações, projetos e programas, com objetivo de atender aos estudantes, integrando-os à vida acadêmica.

As diretrizes de gestão das atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFMS preveem, dentro da carga horária de todos os docentes, o cumprimento de atividades para atendimento e permanência de estudantes, visando oportunizar momentos para sanar dúvidas, orientar trabalhos escolares e/ou TCC e demais apoios inerentes às atividades curriculares e extracurriculares.

O *Campus Jardim* oferecerá atividades de nivelamento para os acadêmicos de todos os cursos, principalmente para estudantes do primeiro período do curso. Essas atividades serão ministradas pelos docentes do IFMS e acompanhadas pelo NUGED e oferecerão aos estudantes condições de superarem

defasagens de conteúdos, para melhor acompanhamento das unidades curriculares no cursos ofertados.

Os estudantes dos cursos superiores terão a oportunidade de aproveitar ou convalidar unidades curriculares cursadas em outras Instituições de Ensino Superior, desde que estejam em conformidade com o Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos Cursos de Graduação. Assim como os estudantes da modalidade Proeja que já tenham cursado o Ensino Médio em outra instituições. Neste regulamento, há também a possibilidade de certificação de conhecimentos, na forma de exame de suficiência de saberes, por meio de avaliação - seguindo as características de cada unidade curricular em questão - objetivando a dispensa de disciplinas da matriz curricular do curso. A oferta destas avaliações, assim como a decisão de oferecer ou não o exame de suficiência para determinada unidade curricular, estão sujeitas à aprovação do coordenador de curso e do professor responsável pela disciplina.

O estágio supervisionado é parte integrante do currículo dos cursos técnicos e superiores do *campus*. Existe um manual de estágio e uma portaria que regulamenta o processo. Além do professor orientador, o estágio é acompanhado pela Coordenação de Extensão e de Relações Institucionais (COERI) e pelo Supervisor de Estágio, que faz o contato com as empresas ou setores que receberão o estudante, valida o relatório final do estágio e inclui no acadêmico. Assim, o estágio curricular é condição para a certificação e oferece ao estudante a oportunidade de compreender a atividade a que se propõe, como também conhecer as dificuldades do setor por ele escolhido, podendo avaliar sua opção profissional e sua potencialidade.

As atividades extracurriculares devem ser encorajadas para que os docentes se valham delas como instrumento de ensino e para que os discentes se apropriem do conhecimento a partir de uma diversidade de estratégias. A relação entre o ensino acadêmico e o mundo do trabalho é um ponto fundamental para a aprendizagem significativa.

Objetivando atingir o perfil profissional de acordo com demanda do mercado e que atenda às necessidades da sociedade, os projetos pedagógicos irão prever a realização de atividades complementares, que deverão ser realizadas ao longo de cada curso, possibilitando ao futuro profissional uma formação sociocultural mais abrangente. A instituição possui Regulamento das Atividade Complementares como documento de orientação ao desenvolvimento e avaliação destas atividades. Atividades como iniciação científica e tecnológica, programas acadêmicos amplos, programas de extensão, visitas técnicas, participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos, organização de eventos, estágios extracurriculares, participação em seminários e palestras, dentre outras, serão disponibilizadas aos discentes e esses devem cumprir um número mínimo de carga horária em cada atividade de acordo com o plano de curso.

7 PERFIL DO CORPO SOCIAL

Quadro 13 - Quantitativo de Técnico-Administrativo

Nível de Classificação	Cargo	Quantidade
C	Assistente de Alunos	02
C	Auxiliar em Administração	01
D	Assistente em Administração	03
Total		06

Quadro 14 - Titulação do Pessoal Técnico-Administrativo

Titulação	Concluída	Em andamento
Graduação	03	01
Especialização	01	-
Mestrado	-	-
Doutorado	-	-

Quadro 15 - Área de formação dos professores em dedicação exclusiva

Área de Concurso	Graduação	Tipo	Quantidade
Biologia	Ciências Biológicas	Licenciatura	1
Edificações	Engenharia Civil	Bacharelado	1
Educação Física	Educação Física	Licenciatura	1
Filosofia / Filosofia da Educação	Filosofia	Licenciatura	1
Física	Física	Licenciatura	1
Geografia	Geografia	Licenciatura	1
História/História da Educação	História	Licenciatura	1
Informática/Redes	Análise de Sistemas	Bacharelado	1
Matemática	Matemática	Licenciatura	1
Português /Espanhol	Letras/Espanhol	Licenciatura	1
Português /Inglês	Letras/Inglês	Licenciatura	1
Química	Química	Licenciatura	1
Sociologia	Sociologia	Licenciatura	1

Quadro 16 - Titulação dos professores em dedicação exclusiva

Maiores Titulação	Quantidade de Professores
Graduação	01
Especialização	03
Mestrado	07
Doutorado	02

Os requisitos de titulação para a admissão de docentes para o quadro efetivo são definidos nos editais de concurso público e possuem regras estabelecidas em lei para a titulação exigida de acordo com o nível da carreira docente.

A substituição, quando necessária, de professores efetivos é realizada através da contratação de professores substitutos. A Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, disciplina as hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sendo que o contrato pode ser estabelecido pelo prazo máximo de 1(um) ano, sendo admitida a prorrogação, desde que o prazo total não exceda 2(dois) anos. A seleção é regulamentada por edital público, constituindo-se em avaliar os candidatos por meio de prova escrita e prova de títulos.

Os técnico-administrativos do IFMS como um todo são integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

Conforme o Art. 8º da Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005, os TAEs possuem como atribuições gerais, de acordo com o ambiente organizacional, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações: planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino, à pesquisa e à extensão; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros disponíveis, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

8 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CAMPUS

8.1 Políticas de atendimento aos discentes

As políticas educacionais adotadas pelo IFMS estimulam a democratização do acesso, permanência e êxito escolar, sendo concretizadas nos eixos socioeconômico, biopsicossocial, na formação humana e profissional.

Como programa de apoio pedagógico, podemos citar o estímulo à permanência dos discentes no contraturno, período em que os docentes, em horários pré-estabelecidos, estão à disposição dos estudantes realizando orientação

educacional básica, acompanhamento das dificuldades e do desempenho dos discentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Em relação à organização estudantil, podemos citar a existência dos grêmios e centros acadêmicos, que são espaços para participação nos processos decisórios e convivência dos estudantes.

8.1.1 Forma de acesso

Para ingresso nos cursos técnicos de nível médio integrado presenciais do IFMS, os estudantes passam por processo seletivo denominado Exame de Seleção. Para os cursos técnicos presenciais na modalidade Proeja, é realizado sorteio. No caso dos cursos superiores, o ingresso será pelo Sistema de Seleção Unificada – Sisu.

8.1.2 Ações afirmativas

O IFMS, em concordância com o disposto na Lei nº 12.711 de 29/08/2012, no Decreto nº 7.824 de 11/10/2012, na Portaria Normativa/MEC nº 18 de 11/10/2012 e na Portaria Normativa/MEC nº 21 de 5/11/2012, reserva no mínimo 50% das vagas disponíveis aos candidatos que cursaram o Ensino, integralmente em ESCOLA PÚBLICA sendo observadas as seguintes condições:

no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas reservadas serão destinadas aos estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salários mínimos per capita. Nesse grupo, será garantido aos candidatos autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas no mínimo a mesma proporção da soma de Pretos, Pardos e Indígenas na população do estado do Mato Grosso do Sul, que é de 51,95%, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. II – as demais vagas reservadas serão destinadas aos estudantes com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salários mínimos per capita. Nesse grupo, também será garantido aos candidatos autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas no mínimo a mesma proporção da soma de Pretos, Pardos e Indígenas na população do estado do Mato Grosso do Sul, que é de 51,95%, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

8.1.3 Política de assistência estudantil

O IFMS teve a Política de Assistência Estudantil aprovado pelo Conselho Superior em 27/02/2014 – Resolução 002/2014.

“A Política de Assistência Estudantil do IFMS constitui-se de um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras para a implementação de ações que favoreçam a democratização do acesso, permanência e êxito escolar, promovendo estímulo ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão”.

A Política de Assistência Estudantil define os Auxílios por categorias sendo:

Auxílios concedidos por critério socioeconômico:

I – Auxílio Alimentação;

II – Auxílio Moradia;

- III – Auxílio Transporte;
- IV – Auxílio Permanência.

Auxílio para ações de Ensino, Pesquisa e Extensão:

- I - Acesso à cultura, artes, esportes e lazer;
- II – Acesso a inovação, ciência e tecnologia;
- III - Promoção à Saúde e à qualidade de vida.

Os auxílios para ações de Ensino Pesquisa e Extensão, são ofertados para todos estudantes independente de critério socioeconômico.

8.1.4 Auxílio permanência

O programa tem como objetivo incentivar o estudante em sua formação educacional, bem como apoiá-lo em sua permanência no IFMS, visando à redução dos índices de evasão escolar decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica. Os estudantes contemplados, mediante critérios estabelecidos em edital, recebem benefício mensal durante o ano letivo.

O Programa de Auxílio Permanência aos estudantes dos cursos técnicos integrados de nível médio, do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e dos cursos superiores do IFMS concede auxílios financeiros mensais durante o período letivo, para estudantes de baixa renda dos cursos acima mencionados, conforme número de vagas previstas em edital e recursos orçamentários destinados à Assistência Estudantil pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC).

8.1.5 Auxílio transporte

O Auxílio Transporte é ofertado por meio de parceria com a Poder Público Municipal que atende aos estudantes, da zona rural e urbana, que necessitam de transportes.

8.1.6 Acesso à cultura, artes, esportes e lazer

Apoio e incentivo à participação de estudantes em eventos, viagens e visitas técnicas, que propiciem o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, a formação profissional, a ampliação do universo sociocultural e artístico, o desenvolvimento físico, psíquico e social e o fortalecimento da cidadania.

A participação em eventos abrange as atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de lazer, complementares ao ensino e visitas técnicas.

As visitas técnicas visam a proporcionar aos estudantes do IFMS a interação acadêmica entre a teoria e a prática. É o momento que o estudante vai às organizações e à comunidade conhecer a realidade e confrontar o conhecimento repassado pelas diversas disciplinas do curso. A viagem de estudo é uma atividade extracurricular relacionada com a formação acadêmica do corpo discente, que oportuniza o conhecimento prático em disciplina integrante do Currículo do Curso,

devendo estar previstas no Plano de Ensino da disciplina e/ou no Plano de Atividades do docente. Para esta ação, o IFMS disponibiliza recurso para contratação de ônibus/micro-ônibus.

8.1.7 Acesso à inovação, ciência e tecnologia

Apoio e incentivo à participação de estudantes em ações direcionadas às práticas de desenvolvimento científico e tecnológico que contribuam com o processo de ensino-aprendizagem, pesquisa e inovação.

Nos eventos científicos tem-se a finalidade de difundir os resultados das produções científicas, bem como viabilizar a abertura de horizontes de atuação profissional e de engajamento em pesquisas. Esta ação tem por objetivo viabilizar a participação efetiva de discentes do IFMS em eventos científicos regionais e nacionais, incluindo congressos, simpósios, encontros, feiras, entre outros. Oferece transporte, bem como auxílio para estadia e alimentação a cada discente.

8.1.8 Promoção à saúde e à qualidade de vida

Consiste em propiciar à comunidade escolar ações de promoção à saúde, elevação da qualidade de vida, prevenção de doenças e outros distúrbios biopsicossociais.

Também fazem parte do planejamento institucional ações de inserção dos discentes em programas de iniciação científica e de extensão, intensificando diálogos com órgãos de fomento para implementação de bolsas, bem como o fomento interno às ações de pesquisa e extensão por meio de edital.

8.1.9 Programa de apoio pedagógico e financeiro

Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFMS (Pitec).

O programa tem por objetivo possibilitar aos estudantes dos cursos de nível médio e superior o desenvolvimento de competências e habilidades nas atividades de pesquisa científica e tecnológica. O Pitec prevê o financiamento de bolsas de iniciação científica e tecnológica ao discente por meio de edital específico podendo contemplar:

Bolsas de Iniciação Científica – Pibic. Bolsas com a finalidade de fomentar a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico do IFMS, visando à participação de servidores, docentes e técnico-administrativos, e estudantes, para melhorar e consolidar a posição da Instituição junto à sociedade acadêmica e científica. Tem como objetivo o incentivo à formação de novos pesquisadores, capazes de desenvolver atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, privilegiando a participação ativa de estudantes em projetos de pesquisa, com orientação adequada por pesquisador qualificado.

Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas - Pibic-Af. Bolsas que objetivam despertar a vocação e desenvolver o pensamento científico do estudante de ensino médio técnico e de graduação beneficiário de políticas de ações afirmativas.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – Pibiti. Bolsas que têm o objetivo contribuir para a

formação e inserção de estudantes de ensino médio técnico e de graduação em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; e contribuir para a formação de recursos humanos que dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas da região dos câmpus do IF MS.

Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência - Pibid. Bolsas que visam a contribuir para o aumento das médias das escolas participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A ação atende ao plano de metas Compromisso Todos pela Educação, previsto no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), para elevar o índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nacional para 6, até o ano 2022.

8.1.10 Estágio interno

O estágio interno tem como objetivo complementar a formação acadêmica do estudante, possibilitando a integração entre teoria e prática, através de contato do mesmo com a vida profissional. Tem como papel proporcionar ao discente formação que facilite sua integração ao mercado de trabalho, não gerando vínculo empregatício de qualquer natureza e dar-se-á mediante a celebração de Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante e o IFMS e critérios definidos em edital.

8.1.11 Estímulos à permanência

Desde o início do período letivo 2015/2, os docentes dos *campus* possuem horários reservados aos estudantes para atendimento e esclarecimento das dúvidas e/ou dificuldades de entendimento do conteúdo – as Permanências.

O Atendimento ou Permanência de Estudantes pode ser utilizado para plantões de dúvidas, revisão de conteúdo, orientações de trabalhos acadêmicos, recuperação paralela de conteúdo e demais atividades que julgarem necessárias para auxílio extraclasse ao estudante. Uma vez que os docentes do IFMS têm regime de trabalho de Tempo Integral com ou sem Dedicção Exclusiva, parte de sua carga horária semanal é destinada ao atendimento ou permanência de estudante (PE). A carga horária para este fim será de no mínimo 02 horas semanais até 08 horas semanais, dependendo do número médio de aulas do docente, conforme as Diretrizes para Gestão das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFMS.

Os horários de atendimento ou Permanência de estudantes são divulgados por meios como murais, e-mails e redes sociais, além de serem informados em sala pelos docentes. O discente pode procurar qualquer docente da área de sua dúvida para sanar esta, sem precisar esperar necessariamente pelo docente que ministra a unidade curricular em questão. A quantidade de horários de atendimento reservados para cada professor é definida pela gestão em conjunto com a coordenação de curso, levando em conta a carga horária de cada docente e a intensidade da procura. A avaliação da oferta e eficácia dos atendimentos no horário de permanência é feita junto à avaliação do docente pelo discente.

O *Campus* Jardim pretende ter uma equipe multidisciplinar para apoio às atividades administrativas e de ensino e/ou ao estudante. Essa equipe em todos os *campi*, recebe a denominação de NUGED - Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional, subordinado à Direção-Geral (Dirge) dos *campi*, constituído por uma equipe com Psicólogo, Assistente Social, Pedagogo e Enfermeiro e tem como objetivos planejar e implementar ações que promovam o desenvolvimento escolar e

institucional com eficiência, eficácia e efetividade. Atende às demandas institucionais de acordo com as atribuições específicas de cada cargo que compõe o núcleo, auxiliando os estudantes e servidores a identificar as dificuldades inerentes aos processos da instituição, assim como os aspectos biopsicossociais que interfiram no desenvolvimento institucional e pessoal.

Com a finalidade de possibilitar e garantir o acesso e permanência do estudante com necessidades educacionais específicas no IFMS, os *campi* possuem o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne).

O Napne visa à implantação de ações de educação inclusiva, auxiliando na aprendizagem do estudante. Para isso, tem como meta o trabalho de captação de agentes formadores, orientação aos docentes e atendimento às famílias para encaminhamentos quando necessário.

As discentes gestantes, os portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados podem requerer regime domiciliar, conforme previsto no Regulamento Disciplinar Discente do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. O Regime Domiciliar assegura ao estudante visitas periódicas de servidores do IFMS para amparo educacional durante o período de afastamento.

O IFMS iniciou, no ano de 2013, o Programa de Acesso, Permanência e Êxito, do qual faz parte a Avaliação Diagnóstica dos Estudantes ingressantes nas unidades curriculares de Matemática e Língua Portuguesa. Por meio da avaliação, são organizados grupos de estudantes e definidas as oficinas de Matemática Integrada e Língua Portuguesa Integrada, abrangendo os conteúdos nos quais os estudantes apresentam dificuldades. A partir do Programa espera-se a redução da defasagem, da evasão e da retenção dos estudantes nos cursos técnicos ofertados pelo IFMS.

O Programa de Acesso, Permanência e Êxito tem o objetivo de contribuir para o êxito no processo de ensino e aprendizagem, além de minimizar os índices de evasão e reprovação escolar. Tal programa consiste em avaliação diagnóstica nas unidades curriculares de matemática e português, e aulas para estudos e recuperações das dificuldades ministradas em contraturno por docentes do IFMS.

8.1.12 Diagnóstico da evasão e retenção

Em 2013 foi realizada uma pesquisa intitulada Diagnóstico de Evasão e Retenção, que objetivou diagnosticar as causas da retenção e da evasão nos cursos ofertados pelo IFMS, bem como identificar as medidas implementadas ou propostas para o enfrentamento das causas identificadas, com vistas à redução das taxas de retenção e evasão.

A pesquisa foi demandada pela Setec/MEC que encaminhou uma metodologia a ser adotada pela instituição, onde foram pesquisados discentes em curso e evadidos, docentes e gestores que atuam no ensino.

A partir do diagnóstico, o IFMS passou a traçar estratégias de ação e de acompanhamento mais direcionadas às questões que se configuram em obstáculos à permanência e ao êxito dos estudantes na instituição.

8.1.13 Programas de acompanhamento das assistentes sociais e seguro

Realizada a identificação da necessidade e o encaminhamento, quando necessário, aos serviços de atendimento psicológico e de saúde da comunidade externa.

Orientação Social: orientação dos discentes sobre questões legislativas, previdenciárias, assistenciais e de saúde.

Seguro: oferecido aos estudantes com cobertura a invalidez e óbito.

8.1.14 Organização estudantil

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul estimula o pleno exercício da cidadania, através das diversas organizações estudantis representativas em diversos níveis e modalidades de ensino:

Os *campi* do IFMS têm se organizado nas formações dos Grêmios Estudantis a fim de garantir a representatividade dos estudantes e fortalecer a defesa dos interesses do grupo junto à instituição. Um dos principais objetivos dos grêmios é aumentar a participação dos estudantes nas atividades institucionais por meio de palestras, projetos e discussões juntamente com servidores, prestadores de serviço, equipe de gestão, pais e comunidade externa.

O IFMS oferece apoio e assessoramento aos movimentos estudantis no que diz respeito ao reforço à sua organização e dinamização por meio de política de incentivo à formação e fortalecimento de entidades que representam o interesse dos discentes, garantindo sua autonomia de ação e preservando seu papel formador de lideranças, buscando desenvolver uma cultura empreendedora, promover sua inserção no mercado de trabalho, além de favorecer o desenvolvimento das habilidades necessárias à convivência. Nesse sentido, destaca-se a participação dos estudantes nas eleições de Representantes de Turma, na Avaliação Docente pelo Discente, no Grêmio Estudantil e Colegiado de Curso.

8.1.15 Acompanhamento dos egressos

O atendimento de orientação profissional é prestado aos egressos que se dirigem aos *campi* pela Coordenação de Extensão e Relações Institucionais (Coeri).

O acompanhamento de egressos é um mecanismo de singular importância para a formação continuada, a retroalimentação do currículo escolar e também para que o IFMS possa avaliar o desempenho de seus alunos e o seu próprio desempenho, na avaliação contínua da prática pedagógica do curso.

Desse modo, acredita-se que o acompanhamento de egressos poderá revelar dois pontos fundamentais: a) qual o impacto nas condições de trabalho e renda dos egressos; b) como o estudante avalia a sua formação e qual as suas expectativas de formação continuada. Assim, espera-se constituir em uma ferramenta e uma fonte de dados para a avaliação institucional do IFMS.

Para o acompanhamento dos egressos no IFMS serão adotadas as seguintes medidas:

- cadastro do egresso e de seu currículo no banco de dados da instituição;

- envio ao endereço eletrônico do egresso, com periodicidade, de informes de atualização e capacitação profissional;

- desenvolver formulário com questionário aplicado aos egressos avaliando o curso realizado e diagnosticando as principais dificuldades enfrentadas por estes no mundo do trabalho;

- cadastro atualizado das empresas parceiras e dos estudantes que concluem os cursos e ingressam no mundo de trabalho, possibilitando o acompanhamento dos egressos.

8.2 Órgãos Colegiados

8.2.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante constitui-se de grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e continua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

O NDE de cada curso é constituído por um grupo de 05 docentes que ministram aula no curso e 01 suplente, sendo a presidência exercida pelo Coordenador do Curso.

8.2.2 Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é órgão consultivo, normativo, de planejamento acadêmico e executivo, para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão em conformidade com as diretrizes da instituição, que será constituído para cada um dos cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS.

O Colegiado de Curso é constituído: pelo Coordenador do Curso, como Presidente; por 05 (cinco) professores, em exercício efetivo, do corpo docente do curso; e por 01 (um) representante do corpo discente do curso.

8.3 Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional

8.3.1 Projeto de Avaliação e Acompanhamento das Atividades Acadêmicas de Ensino, Pesquisa e Extensão, Planejamento e Gestão

A avaliação é uma ferramenta de gestão que auxilia a administração a conhecer as potencialidades e as carências da instituição, subsidiando a tomada de decisão com vistas à melhoria e manutenção da qualidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Para realizar o acompanhamento periódico do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, são utilizados mecanismos formais e informais, periódicos e diários, a saber:

- auto avaliação institucional realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- avaliação interna e externa, acompanhando a elaboração dos instrumentos, sua aplicação, avaliação dos resultados para a reorientação das ações do IFMS;
- ferramentas de gestão para acompanhamento das obras;
- sistematização das atividades do ensino para acompanhamento das elaborações dos projetos de cursos, regulamentos e calendários;
- avaliação docente pelo discente em cada semestre letivo;
- avaliação funcional de docentes e técnicos-administrativos.

A avaliação institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes - Lei nº 10.861/2004). O Sinaes estabelece as ferramentas para autoavaliação institucional, e tem como objetivos a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, entre outras. A avaliação institucional é realizada com base nas dez dimensões do Sinaes:

- I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização;
- III – a responsabilidade social da instituição;
- IV – a comunicação com a sociedade;
- V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI – organização e gestão da instituição;
- VII – infraestrutura física;
- VIII – planejamento e avaliação;
- IX – políticas de atendimento aos estudantes;
- X – sustentabilidade financeira.

8.3.2 Formas de participação da comunidade

Para garantir a participação da comunidade na autoavaliação institucional são realizadas as seguintes ações:

- i. reuniões ou debates de sensibilização;
- ii. sistematização de demandas/ideias/sugestões oriundas dessas reuniões;
- iii. seminários internos para apresentação do Sinaes, apresentação da proposta do processo de avaliação interna da IES, discussões internas e apresentação das sistematização dos resultados e outros;
- iv. composição de grupos de trabalho, atendendo aos principais segmentos da comunidade acadêmica (avaliação de egressos e/ou dos docentes; estudo de evasão etc.);
- v. elaboração de instrumentos para coleta de dados: entrevistas, questionários, grupos focais (Focus Group) e outros;

vi. definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;

vii. definição das condições materiais para o desenvolvimento do trabalho: espaço físico, docentes e técnicos com horas de trabalho dedicadas a esta tarefa e outros; elaboração de relatórios; e

viii. organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica e publicação das experiências.

Ainda há reuniões periódicas com os setores da instituição, para coleta de sugestões, sistematização e elaboração de metas, além da participação efetiva nos Conselhos especializados e na Avaliação do Docente pelo Discente.

8.3.3 Formas de utilização dos resultados das avaliações

De acordo a Portaria nº 821, de 24 de agosto de 2009, Art. 6º, as Instituições devem postar os relatórios de autoavaliação institucional no sistema e-MEC até o dia 31 de março de cada ano.

Sobrinho (2000, p. 61) afirma que “a avaliação institucional não é instrumento de medida de atividades de indivíduos isolados, nem de trabalhos deslocados de seus meios de produção; não é mecanismo para exposição pública de fragilidades ou ineficiência de profissionais individualizados. Não se trata apenas de conhecer o estado da arte, mas também de construir”.

O processo não se resume somente a uma avaliação quantitativa, onde são apresentados apenas os resultados através de tabelas e estatísticas supostamente indiscutíveis. Consiste, essencialmente, na atribuição de significado e emissão de juízos de valor sobre a práxis desenvolvida no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. A implementação de sistemas de autoavaliação é considerada de fundamental importância para o crescimento institucional, sendo os resultados essenciais para o delineamento de vários aspectos relacionados com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Por meio do relatório a Gestão toma conhecimento dos aspectos positivos e negativos, bem como contribui para identificar as potencialidades e fragilidades da instituição. A partir da análise são feitas propostas de melhorias indicadas no relatório. Além da autoavaliação institucional, é realizada avaliação de Desempenho.

Na Avaliação de Desempenho, os servidores são avaliados por sua respectiva chefia e as chefias também são avaliadas pelos servidores. No caso dos docentes, também há a avaliação docente pelo discente, através da qual os estudantes avaliam seus professores quanto a diferentes aspectos relacionados, exclusivamente, à prática docente. A avaliação de desempenho tem como objetivo, além de possibilitar o feedback entre servidor e chefia, a progressão funcional dos servidores.

Os resultados da Avaliação de Desempenho realizada pela chefia, em particular, com cada servidor e do servidor em relação à chefia, são mantidos em sigilo junto à pasta funcional, sendo os resultados observados fundamentais para a efetivação dos servidores após o cumprimento do estágio probatório. A avaliação do docente pelo discente é realizada no IFMS ao final de cada semestre letivo, e, a seguir, são apresentados os resultados observados em todas as turmas avaliadas em todos os *campi*.

Os resultados observados na avaliação do docente pelo discente são avaliados pelo Pedagogo lotado no Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional e repassados, em particular, ao docente. Os resultados permitem a reflexão das práticas adotadas com base no desempenho individual obtido, além da análise dos comentários postados pelos discentes. Tais resultados têm sido utilizados pela Pró-Reitoria de Ensino e Pós-Graduação para a definição de estratégias que possam contribuir para a obtenção de melhores resultados nos itens onde os menores percentuais de desempenho médio foram observados. Nos dez *campi* do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) trabalhará na implementação de um sistema global de autoavaliação que contemple não somente aspectos relacionados ao desempenho dos servidores, mas sim, em nível de organização como um todo.

No IFMS, a autoavaliação institucional teve início no ano de 2013, com a instauração da Comissão Própria de Avaliação (CPA) Central, e, no mês de abril de 2014, foi aprovado o regulamento da CPA e, com isso, iniciou a implantação das CPAs locais nos *campi*. A CPA é um órgão colegiado, formado por todos os segmentos da comunidade acadêmica, e tem como atribuições a condução dos processos de avaliação internos da instituição, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Ainda, visando a dar continuidade aos processos de avaliação institucional, serão realizadas reuniões pedagógicas, administrativas e estudantis nas diferentes esferas e Conselhos, buscando o constante aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação e discussão de resultados. Também a CPA terá atuação importante nesse acompanhamento. Os relatórios e os resultados servirão de referência para a atualização do PDI e embasamento nos processos de gestão administrativa e de ensino, pesquisa e extensão, em todas as modalidades de ensino ofertadas no IFMS.

8.3.4 Avaliação e Monitoramento do Planejamento Estratégico Institucional

A Gestão do IFMS realiza reuniões semestrais para apresentação dos resultados obtidos no período anterior, bem como apresentação das metas do período seguinte. Objetivando melhoria nos processos, os encontros possibilitam a reflexão da equipe acerca dos procedimentos a serem adotados.

Um fator a ser considerado no monitoramento diz respeito ao atendimento do Termo de Acordo de Metas e Compromissos firmado entre o MEC e os Institutos Federais, que indica parâmetros para eficiência, eficácia, matrículas e oferta de cursos, entre outros compromissos.

8.4 Administração dos recursos materiais e serviços

Para prover a manutenção das instalações físicas e de equipamentos, bem como a aquisição de novos equipamentos e ampliação das instalações, o *Campus* Jardim através de sua direção de Administração promoverá planejamento de compras e contratações atendendo à legislação vigente, principalmente no que tange ao atendimento dos princípios de sustentabilidade institucional, emanados a partir do Decreto 7.746/2012, que especifica as diretrizes a seguir, em seu artigo 4º:

I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
 II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
 III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
 IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
 V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
 VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
 VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Atendendo ao decreto citado deverá ser elaborado o Plano de Gestão de Logística Sustentável, com as orientações contidas na Instrução Normativa Nº 10, de 12 de novembro de 2012.

9 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

Quadro 17 – Ambientes disponíveis no *Campus Jardim*

Caracterização da Infraestrutura	Quantidade	Área Unitária (m ²)	Área Total (m ²)
Anfiteatro	01	116,32	116,32
Biblioteca	01	116,32	116,32
Cantina	01	16,30	16,30
Copa	01	8,67	8,67
Salas de aula	04	54,95	219,8
Salas de setores administrativos	11	-	225,43
Sanitários	04	-	65,74

10 COM RELAÇÃO AOS LABORATÓRIOS: INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS EXISTENTES E A SEREM ADQUIRIDOS.

Laboratório de Informática. Utilizado por todos os cursos ofertados pelo IFMS *Campus Jardim*, bem como, podem ser utilizados como recurso didático nas mais variadas unidades curriculares. É destinado também à Projetos de Pesquisa e Extensão.

Laboratório de Ciências. Especificado para atender as áreas de Física, Química e Biologia, pode ser utilizado por todos os cursos ofertados pelo IFMS *Campus Jardim*, bem como, podem ser utilizados como recurso didático nas mais variadas unidades curriculares. É destinado também à Projetos de Pesquisa e Extensão.

Laboratório do Eixo Informação e Comunicação. Este laboratório tem o intuito de integrar atividades teóricas e práticas das disciplinas específicas dos cursos do eixo de Informação e comunicação, Informática, Manutenção e suporte em Informática, com uma infraestrutura adequada, semelhante àquela encontrada no mercado de trabalho, proporcionando ao estudante criar produtos de software com qualidade.

Laboratório do Eixo Infraestrutura. Este laboratório tem o intuito de integrar atividades teóricas e práticas das disciplinas específicas dos cursos do eixo de Infraestrutura, Edificações, Desenhista da Construção Civil, com uma infraestrutura adequada, semelhante àquela encontrada no mercado de trabalho, proporcionando ao estudante desenvolver atividades de aprendizagem com qualidade.

11 PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO, IMEDIATO E DIFERENCIADO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul possui o Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário previsto para o período de 2014 a 2018, com a meta a criação de regulação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas em cada *campus*, aquisição de mais equipamentos específicos para acessibilidade, aquisição de materiais didáticos (software), elaboração, adequação e reprodução de material pedagógico de orientação para estudantes com necessidades educacionais específicas e a formação para acessibilidade aos servidores do quadro e à comunidade acadêmica.

Em relação à estrutura física, todos foram projetados em observância ao Decreto nº 5.296/04, que regulamenta as Leis nº 10.098/00 e nº 10.436/02, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, impulsionando uma política nacional de acessibilidade.

11.1 NAPNE

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais / Específicas, NAPNE-IFMS, é um programa permanente, multicampi, que tem por finalidade possibilitar e garantir o acesso e permanência do estudante com necessidades educacionais especiais no IFMS e pessoas com deficiência.

O NAPNE tem como visão garantir o acesso e permanência do estudante com necessidades educacionais especiais no IFMS, junto das trajetórias formativas ofertadas, por meio das áreas de ensino, pesquisa e extensão, realizando orientações, estudos, relacionando outras instituições educacionais de diferentes níveis e redes de ensino bem como entidades de/e para pessoas com deficiência.

11.1.1 Visão

Ser referência como Instituto que proporciona condições de aprendizagem e permanência dos estudantes com PCDE e PNEs garantindo qualidade de ensino, convivência equivalente à totalidade do corpo discente.

11.1.2 Princípios Norteadores

O NAPNE tem como princípios norteadores:

Acessibilidade: São as condições e possibilidades de alcance para utilização, com segurança e autonomia, do acesso à informações, edificações públicas, privadas e particulares, seus espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, proporcionando a maior independência possível e dando ao cidadão deficiente ou àqueles com dificuldade de locomoção, o direito de ir e vir a todos os lugares que necessitar, seja no trabalho, estudo ou lazer, o que ajudará e levará à reinserção na sociedade.

Responsabilidade Social: Respeito ao cumprimento dos deveres e obrigações dos indivíduos e Instituições com a sociedade em geral.

Equidade: Adaptação da regra existente à situação concreta, observando-se os critérios de justiça e igualdade. Pode-se dizer, então, que a equidade adapta a regra a um caso específico, a fim de deixá-la mais justa. Ela é uma forma de se aplicar o Direito, mas sendo o mais próximo possível do justo para as duas partes.

Serviço de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: quanto ao atendimento especializado, o *campus* tem a intenção de receber profissionais da área que suprirão a demanda existente e/ou capacitar os que já estejam inseridos nos quadros para prestar tal atendimento.

12 OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, SUA ABRANGÊNCIA E POLOS DE APOIO PRESENCIAL

12.1 Histórico e estimativa de cursos.

A educação a distância (EAD) apresenta-se hoje como uma estratégia essencial na democratização do acesso ao conhecimento. Há tempos vem ganhando espaço dentro dos diversos seguimentos do governo Federal, visando a ampliar a formação e capacitação de pessoas cujo ritmo de trabalho muitas vezes não proporciona espaço para estudo no dia a dia.

Articulada à educação profissional, visa proporcionar ao cidadão a sua inserção, de forma mais rápida, às conquistas científicas e tecnológicas da

sociedade, gerando conhecimento equiparado em muitos casos à educação presencial.

Desta forma, a Educação a Distância visa a diminuir os casos de evasão ou falta de acesso a meios principalmente de profissionalização, que limitam progressão em diversos segmentos do mundo do trabalho. Parte da redução da exclusão social também é contemplada pela educação a distância, uma vez que o contato direto entre pessoas é reduzido, impedindo assim que fatores de exclusão impeçam de que o aluno continue seus estudos.

Com previsão de oferta de cursos básicos de idiomas em 2016, o *Campus Jardim* necessitará ampliar esta modalidade para outros cursos e áreas, buscando atender a população de sua região de abrangência.

13 OFERTA DE CURSOS E PROGRAMAS DE MESTRADO E DOUTORADO

A verticalização do ensino é uma das finalidades dos Institutos Federais. O *Campus Jardim*, no planejamento de sua implantação considera este objetivo de longo prazo que para ser atingido necessita do cumprimento das metas de curto e médio prazo.

Deste modo será necessário cumprir-se as metas de formação técnica, tecnológica, bacharelado, bem como capacitação de seu corpo docente, produção de pesquisa aplicada, para então estarmos em condições de oferecer cursos de pós-graduação *stricto-sensu* para a comunidade. Este objetivo no entanto extrapola o alcance temporal deste plano.

14 AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS.

O IFMS vem aprimorando os processos de avaliação de suas ações. Desde 2015, o *Campus Jardim* realiza a Avaliação do Docente pelo Discente – ADD, trata-se da aplicação de um instrumento de coleta de dados, junto aos estudantes, sobre aspectos inerentes a prática dos docentes em sala de aula. Esta visa, em primeiro lugar, traçar um diagnóstico destas práticas e propor ações de melhoria.

Assim, os dados coletados na avaliação, a partir das respostas dos estudantes, são repassados aos docentes de forma individual, a fim de definir compromissos para o próximo período letivo, visando ao crescimento nos aspectos que revelaram menor índice de satisfação ou fragilidades na atuação pedagógica; e, a partir de uma análise geral, a avaliação é repassada em reunião com os docentes, a fim de definir ações coletivas, visando melhorias gerais.

Outro processo de avaliação implantado na instituição é a Autoavaliação Institucional, executada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Esta comissão integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e visa acompanhar e implantar a política de avaliação institucional.

De acordo com o regulamento da CPA, art. 3º, a avaliação institucional tem como objetivo entender e identificar a demanda local para que sejam propostas para a gestão melhorias da qualidade da educação, expansão da oferta, o aumento permanente da eficácia nos âmbitos acadêmicos e social em todos os seus níveis e modalidades, contribuindo com as atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão.

Assim, a auto avaliação institucional pretende estar diretamente relacionada ao plano de ações da instituição no sentido de promover melhorias nas fragilidades observadas por meio da avaliação. Para isso, serão realizadas reuniões pedagógicas, administrativas e estudantis nas diferentes esferas e Conselhos, buscando o constante aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação e discussão de resultados. A CPA Local terá atuação importante nesse acompanhamento, ao apresentar aos gestores do *campus* o relatório da avaliação, contendo as recomendações a serem implementadas, visando à melhoria constante de suas práticas e estrutura organizacional.

15 DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Os gastos referentes às despesas com pessoal, manutenção de instalações, bem como os gastos relacionados às suas necessidades de investimentos, são supridos, em sua maioria, por recursos provenientes do orçamento público da União Federal. Esclarecemos que todo o investimento com folha de pessoal ativo e inativo são administrados pela Reitoria. Os recursos orçamentários administrados pelo *campus* são consignados anualmente no Orçamento Geral da União por meio de Lei específica (LOA).

O orçamento de custeio e capital - OCC (exceto benefícios, convênios e emendas), oriundos do tesouro nacional é rateado entre os diversos *campus* pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação - MEC, com base numa matriz parametrizada pela Rede Nacional dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica instrumentalizada pelo CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia).

A institucionalização desses parâmetros para utilização nas matrizes de distribuição de recursos orçamentários e financeiros foi promulgada com o Decreto nº 7.313/2010. Este Decreto estabelece procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia de gestão administrativa e financeira dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e define critérios para elaboração das suas respectivas propostas orçamentárias anuais. A totalidade dos recursos orçamentários e financeiros, exceto de pessoal e benefícios, deve ser submetida aos procedimentos e normas da gestão pública, notadamente à Lei Nº 4.320/64, Lei Nº 8.666/93 e Lei Nº 10.520/2002. A captação de recursos com Instituições públicas e privadas se faz através da elaboração de projetos apresentados a estas Instituições, visando à obtenção de recursos para financiar a expansão da infraestrutura do IFMS.

Quadro 18 – Os principais critérios que são considerados no rateio orçamentário

Matrículas e quantidade de alunos	Número de matrículas e quantidade de alunos ingressantes e concluintes em todos os níveis e modalidades de ensino em cada período.
Número de alunos e de docentes	Relação entre número de alunos e número de docentes nos diferentes níveis e modalidades de ensino ofertado.
Áreas de conhecimento e eixos tecnológicos	Diferentes áreas de conhecimento e eixos tecnológicos dos cursos ofertados levam a um maior ou menor repasse orçamentário.
Programas de mestrado e doutorado	Existência de programas de mestrado e doutorado, especialmente os profissionais, e seus respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.
Núcleos de inovação tecnológica	Existência de núcleos de inovação tecnológica e registro e comercialização de patentes.
Sistemas de informação e programas do MEC	A adesão a sistemas de informação e programas de interesse coletivo, instituídos pelo Ministério da Educação.